



Corporação



Interamericana de Investimentos



Relatório Anual 2003



2003

A CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS (CII) é uma organização multilateral. Iniciou suas operações em 1989, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus países membros da América Latina e do Caribe, mediante o financiamento de empresas privadas. A CII leva a cabo sua missão mediante a concessão de financiamento a projetos sob a forma de empréstimos diretos e investimentos de capital, linhas de crédito para intermediários financeiros locais e investimentos em fundos de investimento locais e regionais. Os principais clientes da CII são empresas pequenas e médias que encontram dificuldade para obter financiamento de longo e meio prazo de outras fontes.

De certa forma, o financiamento da CII é um pré-investimento. A Corporação atua como catalisador, atraindo outros recursos: financiamento adicional, tecnologia e conhecimento especializado. Estes recursos são mobilizados mediante operações de co-financiamento e formação de consórcios, apoio ao lançamento de títulos e identificação de parceiros para empreendimentos conjuntos.

As operações de empréstimos e investimentos implicam avaliar a solidez e as probabilidades de êxito de cada projeto. Ao fazer esta avaliação prévia, a CII assessora seus clientes na concepção do projeto e sua engenharia financeira, e ajuda-os a estruturar seu plano financeiro.

Para obter financiamento da CII, os projetos devem oferecer oportunidades de investimento lucrativo. Devem também impulsionar o desenvolvimento econômico de alguma forma: criando empregos, ampliando a participação no capital, gerando uma receita líquida em divisas, facilitando a transferência de recursos e tecnologia, usando recursos locais de forma sustentável, incentivando a poupança local ou promovendo a integração econômica da América Latina e do Caribe. Todos os projetos ambientalmente sensíveis devem incluir medidas preventivas ou corretivas específicas.

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores, composta por um representante e um suplente de cada país membro. O poder de voto de cada país é proporcional às ações por ele integralizadas. A Assembléia de Governadores nomeia uma Diretoria Executiva e lhe delega autoridade e poderes consideráveis.

A Corporação está afiliada ao Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A CII tem autonomia jurídica e conta com recursos e administração separados do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Países Membros da CII:

Alemanha
Argentina
Áustria
Bahamas
Barbados
Bélgica
Belize
Bolívia
Brasil
Chile
Colômbia
Costa Rica
Dinamarca
Equador
El Salvador
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Israel
Itália
Jamaica
Japão
México
Nicarágua
Noruega
Países Baixos
Panamá
Paraguai
Peru
Portugal
República Dominicana
Suécia
Suíça
Suriname
Trinidad e Tobago
Uruguai
Venezuela



Corporação



Interamericana de Investimentos



Relatório Anual 2003



Sumário

Carta Introdutória	4
Carta do Gerente-Geral	5
A CII: Fatos e Números	7
<i>O que é a CII? Como está organizada, e qual é sua missão?</i>	7
<i>Qual é o mandato específico da CII?</i>	9
O Ano em Retrospecto	13
A Corporação em 2003	13
<i>Resultados operacionais</i>	13
<i>Resultados financeiros do exercício</i>	15
<i>Contribuição para o desenvolvimento</i>	15
<i>Programas e cadeias produtivas</i>	15
Assuntos Institucionais	20
<i>Cresce a parceria</i>	20
<i>Atividades dos órgãos dirigentes</i>	20
<i>Administração e outras funções permanentes</i>	22
<i>Normas ambientais e trabalhistas</i>	26
<i>Medidas anticorrupção</i>	28
<i>Cooperação com o BID</i>	28
<i>Programas especiais</i>	28
Atividades de Investimento para o Desenvolvimento	32
<i>Fontes de recursos</i>	32
<i>Resumo de investimentos em desenvolvimento</i> <i>durante 2003</i>	32
Demonstrações Financeiras	45
Balanço patrimonial	46
Demonstração do resultado e lucros acumulados	47
Demonstração dos fluxos de caixa	48
Notas explicativas da administração	49

Apêndices	64
A América Latina e o Caribe em 2003: Perspectiva Econômica . . .	64
Governadores e Governadores Suplentes	66
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	67
Órgãos de Ligação	68

Gráficos

Composição dos ativos da CII	7
Distribuição percentual da carteira líquida por grupo de países (número de projetos)	8
Distribuição percentual de projetos ativos por grupo de países (número de projetos)	11
Distribuição percentual dos projetos ativos por grupo de países (montante do financiamento)	11
Distribuição percentual por setor em 2003 (número de projetos) . .	14
Distribuição percentual da carteira ativa por tipo de projeto em 2003	14
Principais indicadores operacionais em 2003	14
Distribuição, por países, do valor líquido total dos projetos aprovados	19
Distribuição, por setores, do financiamento total líquido aprovado	21
Carteira comprometida, total acumulado	23
Operações aprovadas em 2003	25
Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados	27
Financiamento desembolsado por meio de fundos de investimento e intermediários financeiros, 1992–2003	29
Países de origem e aquisições totais, 1989–2003	31
Crescimento econômico: perspectiva de longo prazo	64
Mercado de trabalho	64
Fluxos de capital para a América Latina	65
Fluxos de capital e crédito bancário	65

Carta Introdutória

10 de fevereiro de 2004

Presidente da Assembléia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo IV, Seção 9(a) do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, transmito a Vossa Excelência o Relatório Anual da Corporação relativo a 2003 e as demonstrações financeiras auditadas, as quais incluem o balanço geral, a demonstração de receitas e dos lucros retidos, bem como a demonstração de fluxos de caixa referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2003.

Este relatório resume as principais realizações e fatos decisivos de 2003, bem como uma breve explicação dos órgãos deliberativos da CII. Há também um resumo das operações da Corporação em 2003: projetos de empréstimos diretos, empréstimos a intermediários para repasse, investimentos em intermediários para repasse e operações de co-financiamento aprovadas no correr do ano.

Atenciosamente,

Enrique V. Iglesias
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos

Carta do Gerente-Geral

A forma como a CII é percebida molda-se em grande parte pelo enfoque estratégico que adota para comunicar-se com os foros públicos e a mídia. Por conseguinte, estamos usando este relatório anual como ferramenta para nos aproximar de nossos parceiros e clientes.

Buscamos não só oferecer um resumo de nossos produtos e serviços, mas também declarar nossa missão corporativa e oferecer uma visão de nosso pessoal, de nossa história e dos problemas enfrentados por nossa singular instituição.

O mandato desenvolvimentista da CII enfoca exclusivamente a América Latina e o Caribe, região composta primordialmente por economias emergentes. E nossa base de clientes é constituída, sobretudo, pelas empresas de pequeno e médio porte desta região.

Esta edição do relatório anual supera o costumeiro resumo das operações e da estrutura da CII. Abriga uma nova seção, com fatos e cifras sobre a instituição, com que se busca promover um melhor entendimento do papel, do mandato, da imagem e da marca distintiva da Corporação.

Nossa esperança é que as informações aqui apresentadas sejam proveitosas e levem a uma comunicação mais clara e direta com nossos leitores.

Jacques Rogozinski
Gerente-Geral
Corporação Interamericana de Investimentos

A CII: Fatos e Números

O que é a CII? Como está organizada, e qual é sua missão?

A CII é uma instituição financeira multilateral com 42 países membros. Segundo seu Convênio Constitutivo, sua finalidade é promover o desenvolvimento econômico de seus países membros regionais em processo de desenvolvimento, mediante o estímulo ao estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas, prioritariamente pequenas e médias, de modo a complementar as atividades do Banco Interamericano de Desenvolvimento.¹

Para cumprir o seu mandato, a CII oferece uma série de produtos e serviços financeiros, quer diretamente (empréstimos de longo prazo, garantias, investimento de capital e subscrição de títulos) quer por linhas de crédito oferecidas a intermediários financeiros locais que fornecem recursos para investimentos empresariais, refinanciamento e capital de giro, mecanismos de arrendamento financeiro e garantias. Este ano, ademais, a Diretoria Executiva da CII, sensível à situação econômica e aos requisitos da região, conferiu-lhe uma flexibilidade operacional mais ampla, autorizando o uso temporário de novos instrumentos para apoiar empresas de pequeno e médio porte.

A CII também forneceu recursos para fundos de capital privados e ofereceu empréstimos a programas de apoio a cadeias produtivas e empréstimos estruturados. Com os olhos no futuro, a CII está empenhada em expandir sua presença na região e promover relações de longo prazo com seus clientes à medida que estes crescem e se diversificam.

Somente este ano, os recursos desembolsados pela CII beneficiaram mais de 2.935 empresas de pequeno e médio porte, incluindo pequenos produtores.²

O mandato da Corporação de fomentar o desenvolvimento do setor privado, essencialmente mediante o apoio a pequenas e médias empresas, adquire um significado singular quando examinado

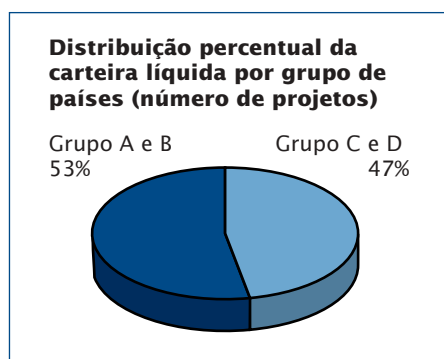
Este ano houve 2.935 beneficiários de fundos desembolsados pela CII.

Composição dos ativos da CII



1. Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, Artigo 1, Seção 1.

2. Inclusive empréstimos diretos e investimentos de capital, mecanismos de financiamento rotativo e empréstimos concedidos por intermediários financeiros com recursos fornecidos pela CII e outros programas.



em termos da eficácia em gerar desenvolvimento. Essa eficácia é considerada a prova decisiva para avaliar a produtividade da aplicação do capital para desenvolvimento aportado pelos acionistas da CII e os resultados tangíveis obtidos do ponto de vista dos principais beneficiários de suas operações. Concretamente, pode-se mensurar essa eficácia em termos dos benefícios econômicos diretos proporcionados pelos investimentos destinados a PMEs, normalmente evidenciados pela promoção do espírito empreendedor, pela criação de novos empregos e elevação da renda dos trabalhadores para combater a pobreza, pela geração ou poupança de divisas, e pela capacidade das PMEs de crescerem competitivamente e se desenvolverem de maneira sustentada. São aspectos intrínsecos da eficácia contribuir para firmar a credibilidade creditícia dessas empresas e o efeito catalisador do financiamento da CII em termos de mobilização de recursos de credores comerciais e mercados de capitais. Tais benefícios são otimizados primeiramente graças ao desenho inicial das operações da CII, e posteriormente pelo acompanhamento de perto de todas as fases de sua execução. Deve-se ressaltar também que, em muitos casos, a CII concede ajuda a empresários localizados em áreas distantes ou subdesenvolvidas das economias nacionais da região, onde as SME não possuem de fato facilidade de acesso a fontes alternativas de captação de recursos em termos convenientes, bem como a áreas desfavorecidas ou marginais em comunidades urbanas ou suas imediações.

A Corporação avalia sistematicamente cada proposta de projeto no momento em que entra em sua carteira, com vistas a determinar o que se denomina *adicionalidade* de cada operação. Esse conceito de desempenho abrange, além dos benefícios diretos já mencionados, benefícios de desenvolvimento mais amplos, tais como maior eficiência da intermediação financeira, melhora do desempenho ambiental e normas mais rigorosas de segurança do trabalho. A esses benefícios acrescenta-se o esforço agora mais intenso da CII no sentido de aperfeiçoar as normas de gestão e contabilidade das empresas e aumentar a imparcialidade no tratamento dos acionistas minoritários, quando cabível. A Corporação está totalmente empenhada em usar todos os meios a

seu alcance para maximizar sua eficácia de desenvolvimento, recorrendo a ferramentas de gestão adequadas e voltadas para resultados, além de respaldar diretamente as SMEs mediante serviços de consultoria e outros meios ao seu alcance. Para tanto, a CII busca harmonizar suas práticas e normas com o ritmo de avanço de suas congêneres internacionais que apóiam o desenvolvimento do setor privado nas economias de mercados emergentes.

Qual é o mandato específico da CII?

Estrutura do ativo e distribuição geográfica dos projetos

A CII tem um mandato desenvolvimentista singular: concentra-se exclusivamente na América Latina e no Caribe, região composta sobretudo por economias emergentes, e sua base de clientes abrange principalmente empresas de pequeno e médio porte.

Uma análise da composição dos ativos da CII mostra que cerca de 80% são empréstimos ao setor privado ou investimentos também no setor privado, enquanto só 20% são outros ativos. Os ativos em desenvolvimento representam uma percentagem muito maior da carteira global do que nas instituições financeiras semelhantes em desenvolvimento.

A distribuição histórica da carteira reflete o esforço considerável e sustentado envidado pela CII no sentido de que suas operações apóiem os assim chamados países C e D da região; trata-se, respectivamente, dos que têm um mercado interno limitado e daqueles que são menos desenvolvidos.³ Aproximadamente 47% do número de operações se concentram nos países C e D. Tal tentativa de diversificação se mostra ainda mais significativa quando se leva em conta somente as novas aprovações para 2003: foram para países C e D 62% do número das novas operações.

A percentagem de ativos destinada às operações de desenvolvimento e a distribuição geográfica de sua carteira tornam a CII realmente incomparável entre as organizações multilaterais que apóiam o setor privado em regiões em desenvolvimento.

3. A classificação dos países por letras (A, B, C, D) corresponde à metodologia do BID para os países, que os divide nos grupos seguintes:

- Grupo A: Argentina, Brasil, México e Venezuela
- Grupo B: Chile, Colômbia e Peru
- Grupo C: Bahamas, Barbados, Costa Rica, Jamaica, Panamá, Trinidad e Tobago, e Uruguai
- Grupo D: Belize, Bolívia, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana

Atendendo aos requisitos: foram recebidas 464 solicitações; 26 atenderam a todos os requisitos e foram aprovadas.

- *Tempo médio de aprovação do financiamento por meio de intermediários financeiros: cinco meses*
- *Tempo médio de aprovação de empréstimos e programas corporativos: dez meses*

Grupo de Estudo Externo da CII: Nos círculos financeiros, é sabido que muitas vezes os investimentos menores requerem, por dólar investido, um volume de trabalho substancialmente maior do que investimentos maiores.

Apoio ao cliente

Para atender aos requisitos mínimos de qualificação para os empréstimos e investimentos de capital da CII, a empresa, entre outros requisitos, tem de fornecer demonstrações financeiras auditadas por firma independente e prova de que cumpre as normas ambientais e de segurança do trabalho da CII.

Em muitos casos, as pequenas e médias empresas inicialmente não atendem a esses requisitos. Por conseguinte, a CII proporciona apoio técnico para a formulação e implementação de melhores práticas nessas áreas. Assim ajuda as empresas a cumprir essas normas, a concorrer em termos mais favoráveis e a ganhar acesso a recursos para investir em melhores termos. A prestação desse apoio implica um esforço maior tanto de parte da CII quanto de seus clientes. As empresas que obtêm financiamento direto da CII não são as únicas que precisam cumprir esses requisitos; até mesmo os intermediários financeiros com que trabalha a CII estão obrigados por contrato a participar de *workshops* de treinamento ambiental para aprender a integrar as práticas de gestão ambiental nas próprias operações e a transformar as práticas ambientais em vantagens competitivas. Cumpre ressaltar que os bancos comerciais normalmente não impõem tais requisitos para conceder financiamento. O fato de que este ano foram recebidas 464 solicitações e aprovadas 26⁴ ilustra o esforço despendido.

Avaliação e processamento⁵

Como se explicou acima, a CII, em cada caso, trabalha com seus clientes em melhorias que aperfeiçoem sua governança corporativa e os ajudem a qualificar-se a receber financiamento da CII.

Normalmente, essa forma de operar tem como consequência um processo mais longo para a aprovação e desembolso do empréstimo — em média cinco meses por operação no caso de operações por meio de intermediários financeiros e dez meses para projetos empresariais e programas rotativos em 2003.

4. Dos 26 projetos e programas aprovados, 16 solicitações foram recebidas em 2003.

5. O site da CII na Internet (www.iic.int) fornece informações sobre o modo de solicitar financiamento. Os pedidos de informação podem ser enviados também às representações da CII ou à sua sede em Washington, DC. O site na Internet oferece igualmente um formulário de pedido de informações que, uma vez preenchido pela empresa ou instituição financeira em busca de financiamento, é encaminhado automaticamente à divisão pertinente da CII.

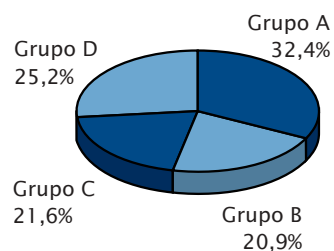
Este processo eleva os custos iniciais de processamento, mas em geral a melhor governança corporativa resulta posteriormente em impacto favorável ao sucesso do programa, em acesso a novas fontes de financiamento e no cumprimento das normas de exportação.

Revisão independente

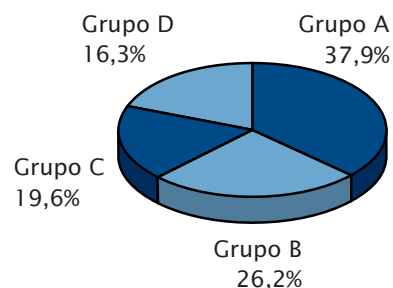
O Grupo de Estudo Externo da CII,⁶ composto por renomados peritos internacionais de 10 países e criado para avaliar o desenvolvimento de novos instrumentos e a futura orientação estratégica da Corporação, reconheceu cabalmente estas peculiaridades. De acordo com o Grupo de Estudo Externo, nos círculos financeiros, é sabido que muitas vezes os investimentos menores requerem, por dólar investido, um volume de trabalho substancialmente maior do que investimentos maiores. Este fenômeno tem muitas causas: os patrocinadores de investimentos menores são normalmente menos sofisticados do que aqueles que patrocinam empreendimentos maiores; os negócios menores são menos estáveis que os maiores e, portanto, mais sujeitos a abandonar projetos; é preciso muito mais supervisão para o planejamento e a contabilidade do negócio; os padrões creditícios são geralmente mais baixos; e são em geral mais altos os custos da compra de materiais e maquinaria. Portanto, a fim de promover e financiar com êxito investimentos menores é necessário um esforço especial que enfatize a assistência técnica e uma supervisão rigorosa.

Separadamente, a agência de classificação Standard & Poor's informou que "a Corporação tem um mandato mais difícil do que o de qualquer outra instituição financeira multilateral de desenvolvimento classificada".^{7, 8} E além disso, de acordo com o Moody's Investors Service, a CII fornece empréstimos "sem garantia soberana aos segmentos mais arriscados do setor privado na América Latina e no Caribe".⁹

Distribuição percentual de projetos ativos por grupo de países (número de projetos)



Distribuição percentual dos projetos ativos por grupo de países (montante do financiamento)



De acordo com o Moody's Investors Service, a CII concede empréstimos "sem garantia soberana aos segmentos mais arriscados do setor privado na América Latina e no Caribe."

6. Para mais informações acerca do Grupo de Estudo Externo, ver página 22.

7. Standard & Poor's, *Supranationals*, setembro de 2003, e Standard & Poor's, *Sovereigns*, Corporação Interamericana de Investimentos, 14 de julho de 2003, pág. 2.

8. As instituições classificadas, mencionadas pela S&P, incluem a Corporação Financeira Internacional, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica.

9. Moody's Investors Service, *Inter-American Investment Corporation, Global Credit Research*, fevereiro de 2003.

*Standard & Poor's:
“A Corporação tem
um mandato mais difícil
do que o de qualquer
outra instituição
financeira multilateral
de desenvolvimento
classificada”.*

Utilização dos recursos humanos da CII

A governança da CII abrange todas as funções que devem ser cumpridas eficientemente como instituição financeira multilateral dedicada ao desenvolvimento do setor privado. Cumpre ressaltar o trabalho de promoção e desenvolvimento de novas operações, a estruturação e análise de investimentos em entidades financeiras e corporativas e a função de supervisão de carteira, levando em conta o cumprimento dos objetivos da CII em áreas como as de proteção ambiental, práticas trabalhistas, melhorias no governo corporativo das pequenas e médias empresas e a avaliação do impacto das operações em termos de sua adicionalidade e impacto sobre o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, a CII realiza internamente os trabalhos essenciais de tesouraria, auditoria, contabilidade, recuperação e reestruturação de créditos, a prestação de serviços jurídicos de apoio às áreas operacionais e a tradução de documentos e relatórios requeridos para os órgãos deliberativos da CII.

Para cumprir sua missão multilateral, a CII conta atualmente com um quadro de pessoal composto de 87 cargos,¹⁰ dos quais 17 estão lotados nos três escritórios regionais (Colômbia, Costa Rica e Uruguai) e 70 na sede em Washington DC. Destes, 20 oficiais de investimento dedicam-se diretamente à geração e desenvolvimento de novos projetos e cinco à supervisão direta em tempo integral de uma carteira constituída por 75 projetos (entidades corporativas e financeiras), incluindo visitas *in loco*. O restante do pessoal realiza trabalhos que indiretamente apóiam os setores operacionais e incluem, entre outros, a Divisão Jurídica, a Divisão de Finanças e Administração de Risco e as Unidades de Análise Creditícia, Recuperação e Reestruturação de Créditos, Engenharia Ambiental e Assuntos Corporativos.

10. Em 30 de novembro de 2003.

O Ano em Retrospecto

A Corporação em 2003

Resultados operacionais

Este ano, a Diretoria Executiva da CII aprovou 26 projetos e programas em 15 países — inclusive um projeto regional — num total de US\$193,7 milhões. O montante médio por operação elevou-se a US\$7,5 milhões, assim discriminado:

- 14 operações empresariais diretas num montante médio de US\$4,8 milhões;
- 10 operações com intermediários financeiros numa média de US\$9,6 milhões, para financiar pequenas e médias empresas; e
- 2 programas e outros acordos num montante médio de US\$15 milhões, para canalizar empréstimos para pequenos produtores.

Serão co-financiados três dos empréstimos do ano, mobilizando assim US\$125 milhões em recursos de bancos e terceiros. O montante total dos recursos canalizados pela CII em 2003 eleva-se a US\$318,7 milhões.

As aprovações do ano seguiram-se à identificação de 464 projetos potenciais em 26 países; 388 não foram considerados por não atenderem a critérios básicos da CII relativos a tamanho, adicionalidade ou risco percebido, entre outros. Os 76 restantes passaram à fase subsequente e 26 transações foram apresentadas para consideração e aprovação por parte da Diretoria Executiva.

As tabelas seguintes mostram os principais indicadores operacionais da CII para 2003.

- *Catorze projetos corporativos aprovados*
- *Dez operações com intermediários financeiros*
- *Dois programas*

- *Recursos canalizados pela CII em 2003: US\$318,7 milhões*

Distribuição percentual por setor em 2003 (número de projetos)	
Agricultura e agroindústria	11,5
Alimentos, engarrafamento e bebidas	1,4
Aqüicultura e pesca	6,5
Educação	2,2
Fundos de investimentos	17,3
Linhas de agência	1,4
Madeira, papel e celulose	1,4
Manufatura em geral	3,6
Mercados de capital	2,9
Pecuária e criação de aves	0,7
Petróleo e mineração	0,7
Produtos químicos e plásticos	1,4
Programa de Pequenos Empréstimos	0,7
Saúde	0,7
Serviços financeiros	31,0
Serviços não-financeiros	1,4
Serviços públicos e infra-estrutura	4,3
Tecnologia, comunicações e nova economia	0,7
Têxteis, vestuário e couro	1,4
Transporte e armazenamento	2,2
Turismo e hotelaria	4,3
Zonas de processamento industrial	2,2
Total	100,0

Distribuição percentual da carteira ativa por tipo de projeto em 2003		
	Número de projetos (%)	Financiamento total aprovado (%)
Cadeias produtivas	2,9	5,2
Co-financiamento	1,4	5,7
Fundos de investimento	17,9	19,2
Garantias em moeda local	0,7	3,0
Instituições financeiras	30,7	26,6
Projetos diretos	46,4	40,2
Total	100,0	100,0

Principais indicadores operacionais em 2003	
Financiamento médio, exclusive intermediários financeiros (US\$000)	4.800
Financiamento médio a intermediários financeiros (US\$000)	9.600
Financiamento médio através de intermediários financeiros com recursos da CII (US\$000)	326
Financiamento médio ou garantias em programas rotativos ou cadeias produtivas (US\$000)	9
Número médio de meses para aprovação de transações com intermediários financeiros	5
Número médio de meses para aprovação de transações com empresas, programas rotativos e cadeias produtivas	10
Total de amortizações/total desembolsado com empréstimos e investimentos de capital (agregado em 31 de dezembro de 2003)	9,2%
Reservas/carteira de empréstimos e investimentos de capital (dezembro de 2003)	22,7%
Número de empresas que solicitaram financiamento da CII	464
Número de projetos e programas que têm cumprido as normas da CII e foram aprovados	26
Número de projetos (entidades corporativas e financeiras) sob supervisão	75
Número de beneficiários de empréstimos indiretos (através de intermediários e fundos de investimento)	65
Número de beneficiários diretos através de programas e cadeias produtivas	2.870
Total de beneficiários, todos os investimentos	2.935

Resultados financeiros do exercício

A receita da CII proveniente de todas as fontes elevou-se em 2003 a US\$22,0 milhões. A receita das operações de empréstimo totalizou US\$13,4 milhões (US\$11,9 milhões em juros e US\$1,5 milhões em comissões). Os lucros e dividendos de capital produzidos pela carteira de investimento acionário totalizaram US\$2,6 milhões no ano. O total de despesas, inclusive –US\$0,5 milhões em provisões, elevou-se a US\$19,8 milhões, resultando num lucro líquido de US\$2,2 milhões.

É muito importante para a Administração da CII apresentar de forma transparente a cobertura de reservas da carteira total. A taxa de cobertura (reservas/total de empréstimos e investimentos de capital ativos) permaneceu relativamente estável no exercício financeiro de 2003, uma vez que as reservas mais baixas por conta de empréstimos para projetos localizados em países em processo de estabilização, como a Argentina e o Brasil, foram compensadas por reservas maiores requeridas para empréstimos em outros países e projetos.

Contribuição para o desenvolvimento

Prevê-se que as aprovações do ano de 2003 levem à criação de mais de 9.200 empregos, gerem exportações anuais no valor de US\$146 milhões e contribuam com US\$242 milhões por ano para o produto interno bruto da região. Os US\$193,7 milhões aprovados em 2003 apoiarão a implementação de projetos com um custo total de US\$398 milhões. Para cada dólar destinado pela Corporação para operações aprovadas em 2003, dois dólares serão mobilizados de outras fontes.

Dos investimentos com que se comprometeu a CII, 92% haviam sido cabalmente desembolsados até 31 de dezembro de 2003.

Programas e cadeias produtivas

Tradicionalmente, o número de projetos aprovados tem sido um indicador gerencial básico. No entanto, não fornece um quadro completo dos resultados da Corporação nem do impacto sobre o desenvolvimento. Não se deve atribuir a um empréstimo empresarial destinado a um beneficiário único o mesmo peso que um programa de financiamento rotativo que

- *Receita total:*
US\$22,0 milhões
- *Despesa total:*
US\$19,8 milhões
- *Lucro líquido:*
US\$2,2 milhões

- *Estimativa de empregos criados: 9.239*
- *Estimativa da geração de valor agregado anual: US\$242 milhões*
- *Estimativa da geração anual de divisas: US\$146 milhões*
- *Montante total dos projetos: US\$398 milhões*

atinge centenas ou milhares de usuários ao longo de um período extenso. Assim, mede-se melhor o impacto das atividades da Corporação com dados complementares sobre a execução de programas. Esses dados medem o alcance real de alguns dos programas da Corporação que, por natureza, são mais difíceis de estruturar e implementar. Embora alguns dos programas tenham sido aprovados em anos anteriores, o fato de ser rotativos garante acesso constante a financiamento durante até oito anos; assim, o acesso contínuo ao financiamento beneficia diretamente milhares de pequenos produtores e empresas de pequeno e médio porte. Seguem-se alguns exemplos dessas operações.

Exportadora Subsole, no Chile

Esta operação de US\$7 milhões, aprovada em 2001 e basicamente desembolsada em 2003, ilustra o significativo efeito multiplicador obtido ao facilitar para cerca de 50 pequenos fruticultores o acesso a nova tecnologia e a assessoramento em questões agrícolas e comerciais. A Subsole não se limita a operar como empresa exportadora que integra verticalmente atividades de produção e distribuição; também organiza seus produtores, transfere tecnologia para eles, assessora-os com relação a questões agrícolas e comerciais, e fornece a alguns de seus produtores financiamento para o plantio e/ou colheita, usando rendimentos do empréstimo da CII canalizados por intermédio da própria Subsole. O empréstimo da CII permite criar, com o financiamento por intermédio da Subsole, milhares de empregos sazonais por ano durante a existência do projeto. Esta operação era relatada anteriormente como uma transação única, de modo que não se revelava o impacto real desse tipo de programa, em termos de número de beneficiários.

Almacenadora Mercader (Almer)

A Almer é uma empresa mexicana que recebeu um empréstimo de US\$10 milhões em 2001. Esta empresa de armazenamento desempenha um importante papel na cadeia de produção de tortilha comprando, armazenando, classificando e vendendo milho cultivado por milhares de plantadores, a maioria pequenos agricultores. A Almer tem usado e continuará usando fundos da CII para financiar plantadores de milho mediante acordos de recompra ou armazenando o grão até a venda. Em ambos os

Almer: O financiamento da CII atinge 2.800 beneficiários

casos, a Almer emite certificados de depósito para garantir o empréstimo da CII. O projeto Almer contribui para o desenvolvimento do mercado de capitais do México, preparando o terreno para que os instrumentos de compra do grão (recibos de armazém) sejam securitizados. Os plantadores obtêm acesso ao crédito para o ciclo seguinte de cultivo, a modernos sistemas de distribuição e a instrumentos de administração do risco. Milhares de agricultores beneficiam-se do programa a cada ciclo. Contudo, como se explicou acima, segundo os relatórios, esta operação era considerada como tendo um único beneficiário, muito embora, como mecanismo rotativo, financie anualmente a produção de milhares de pequenos agricultores. Por esta razão, a CII mudou a forma de reportar o alcance desses programas. Em 2003, por exemplo, mais de 2.800 pequenos produtores receberam financiamento no âmbito do programa da Almer.

Perseverando neste esforço, outros programas semelhantes foram aprovados este ano. Seguem-se alguns exemplos.

CII-NAFINSA-Bancos comerciais

Este ano, a CII criou um programa piloto de garantias em moeda nacional a fim de melhorar os termos dos empréstimos a pequenas e médias empresas. Assim, a CII assinou um acordo fiduciário no valor de US\$20 milhões com a Nacional Financiera (NAFINSA), do México, para a concessão de garantias creditícias na faixa de US\$30.000 a US\$200.000. Este mecanismo capacitará pequenas e médias empresas a obter taxas mais baixas, prazos mais longos e outras vantagens ao buscar financiamento. O mecanismo visa a pequenas e médias empresas que forneçam a grandes empresas e precisem de financiamento para atender às encomendas. Funciona da seguinte forma: (1) os fornecedores recebem encomendas de grandes empresas; (2) os pequenos e médios fornecedores solicitam empréstimos a um banco comercial que, por sua vez, pede uma garantia de até 50% da entidade fiduciária (30% NAFINSA, 20% CII); e (3) a entidade fiduciária emite a garantia, com base nos critérios de qualificação do programa e na classificação de crédito do intermediário financeiro. Uma vez acordada e aprovada a operação, a CII assume diretamente o risco e todas as empresas beneficiam-se com a garantia. Uma das vantagens das garantias nesse

CII-NAFINSA-Bancos comerciais: Garantias de empréstimos de US\$30.000 a US\$200.000

A CII assume até 20% do risco direto das garantias

Sessenta empresas beneficiaram-se este ano

CII-Rabobank Brasil: linha conjunta de financiamento de US\$100 milhões. 70.000 a 100.000 pequenas e médias empresas deverão beneficiar-se durante a execução do programa

programa é um risco creditício mais baixo, como passivo contingente expresso em moeda nacional. O programa deve beneficiar 500 a 800 empresas ao longo de seu prazo de sete anos. Porém, segundo os critérios tradicionais, o programa seria reportado como se tivesse beneficiado apenas um cliente.

Rabobank

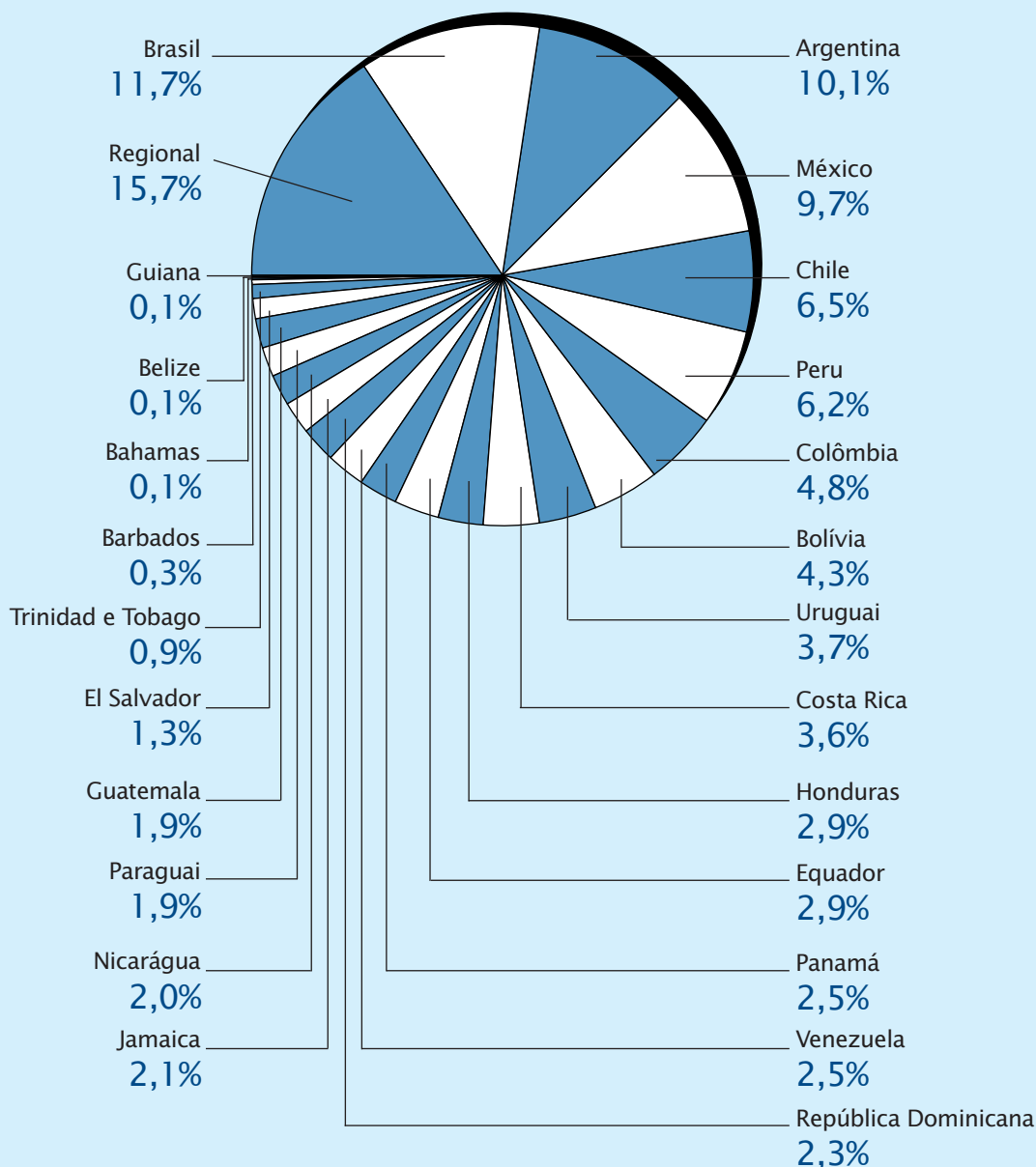
A operação com o Banco Rabobank International Brasil S.A. é um exemplo de programa rotativo aprovado este ano e produzirá resultados nos próximos cinco anos. O financiamento consiste num empréstimo original de US\$15 milhões e em outro, este um empréstimo por co-financiamento, de até US\$85 milhões. Os rendimentos do empréstimo serão usados para financiar a aquisição pelo banco de 100% das cotas preferenciais de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), criado para adquirir recebíveis atualizados emitidos por certas companhias que financiam pequenas e médias empresas. Assim, as companhias que emitem recebíveis de contas terão condições de fornecer financiamento a um maior número de empresas pequenas e médias. A Comissão de Valores Mobiliários criou o FIDC como um meio pelo qual as empresas transferem a propriedade de recebíveis de contas vendendo-os com valor atualizado ao FIDC, que então os securitiza. O empréstimo capacitará a CII a fornecer financiamento para 70.000 a 100.000 pequenas e médias empresas no Brasil. O projeto animará outras instituições financeiras e atores dos mercados de capital a aproveitar esse tipo de financiamento e usar instrumentos que promovam o desenvolvimento de mercados de capital locais.

Gestão direta de sub-empréstimos

Além da carteira de intermediários financeiros da CII que já receberam financiamento, há alguns intermediários financeiros que apresentaram resultados operacionais deficientes ou sofreram intervenção de autoridades normativas locais. Nesses casos, a CII executou as garantias em seu favor, de modo que agora os empréstimos individuais concedidos pelos intermediários com recursos da CII estão sendo administrados, negociados, vendidos e reestruturados pela própria CII, sem passar por um intermediário. Como resultado, a CII gerencia atualmente uma carteira de aproximadamente 135 empresas submutuárias com um total ativo de US\$14 milhões.

Distribuição, por países, do valor líquido total dos projetos aprovados

(em 31 de dezembro de 2003, em milhões de US\$)



Assuntos Institucionais

Cresce a parceria

A Bélgica tornou-se o quadragésimo segundo país membro da Corporação Interamericana de Investimentos, assinando o documento de adesão em cerimônia realizada em Washington DC em março de 2003. Todos os novos países não-regionais (Bélgica, Finlândia, Noruega, Portugal e Suécia) a aderir à CII no processo do aumento de capital da instituição aprovado em 1999 tornaram-se formalmente países membros.

Atividades dos órgãos dirigentes

Assembléia de Governadores

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores, constituída por um Governador e um Governador Suplente designados por cada país membro. Entre os poderes da Assembléia de Governadores que não podem ser delegados à Diretoria Executiva figuram a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Corporação e a emenda do seu Convênio Constitutivo.

A Assembléia de Governadores realiza uma reunião anual em conjunto com a reunião anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Pode também reunir-se extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva. A Décima Oitava Reunião Anual da Assembléia de Governadores

teve lugar em Milão, Itália, de 24 a 26 de março de 2003. Durante essa reunião os Governadores aprovaram as demonstrações financeiras da CII para o ano findo em 31 de dezembro de 2002, bem como o Relatório Anual da Corporação.

Diretoria Executiva

A responsabilidade pela condução das operações da Corporação cabe à Diretoria Executiva que, com esta finalidade, exerce todos os poderes a ela conferidos pelo Convênio Constitutivo da CII ou delegados pela Assembléia de Governadores. A Diretoria Executiva determina a organização básica da Corporação, inclusive o número e as responsabilidades gerais de seus principais funcionários administrativos e técnicos, e aprova o orçamento da instituição. Os 13 membros efetivos e os 13 membros suplentes da Diretoria cumprem mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da Corporação.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva é composto por uma pessoa que é o Diretor ou Suplente designado pelo país membro com o maior número de ações da Corporação, duas pessoas entre os Diretores que representam países membros regionais em desenvolvimento da Corporação e uma pessoa entre os Diretores que representam os outros países membros. Esse Comitê de quatro membros examina todos os empréstimos e investimentos da Corporação em empresas localizadas em países membros.

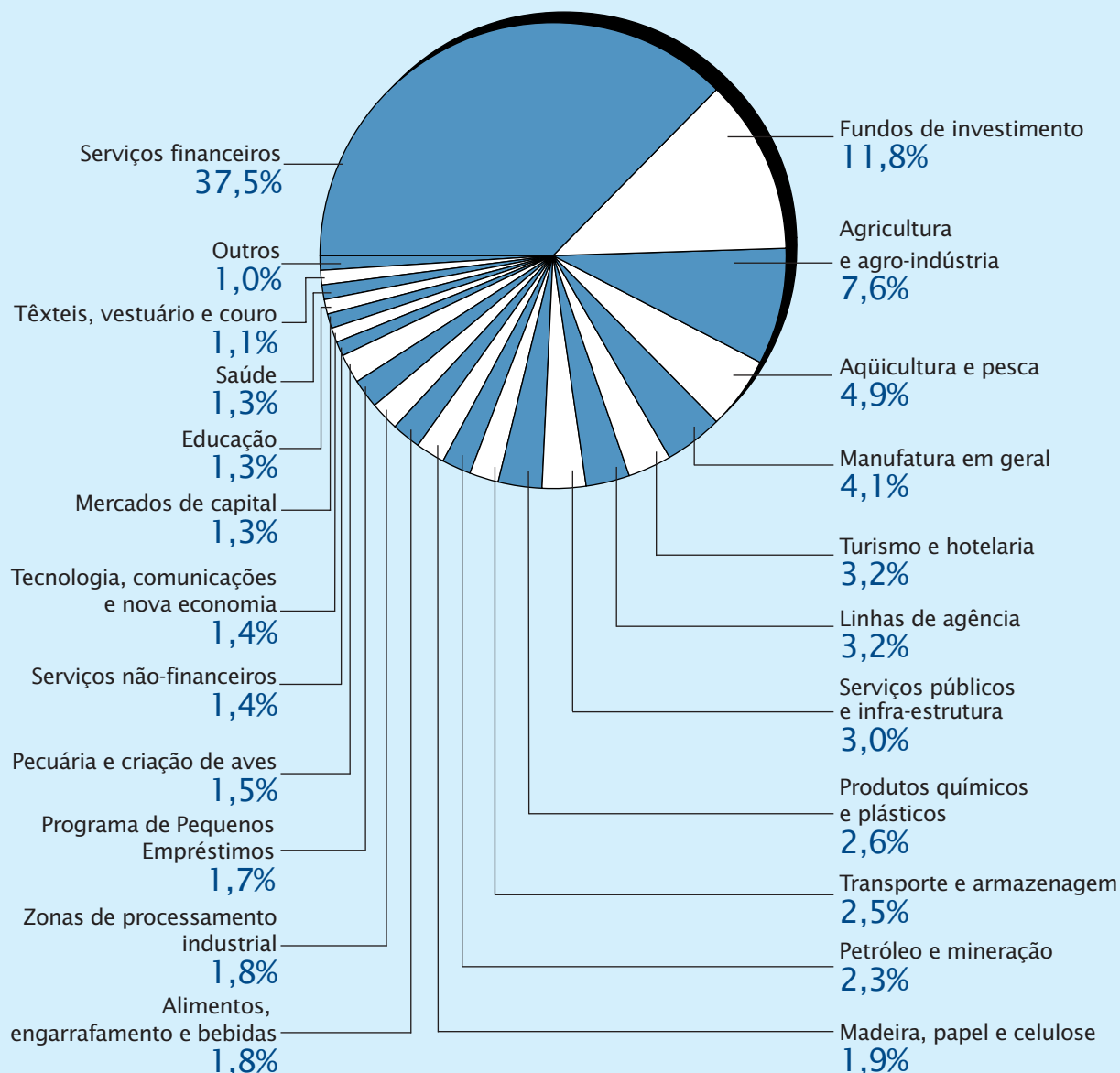
Entre os assuntos considerados pela Diretoria Executiva em 2003, figuram:

- 25 propostas de empréstimo e de investimento de capital;
- uma proposta do Grupo de Estudo Externo para realinhar operações do setor privado do Grupo do BID;
- regimes de transações seguras para financiar pequenas e médias empresas na região;
- o programa de financiamento da CII para 2003 e sua estratégia para 2003–04;
- um relatório independente sobre a carteira da CII;
- um plano de ação para projetos em dificuldades;
- um programa de financiamento às exportações de pequenas e médias empresas; e
- uma proposta de novas iniciativas de financiamento da CII.

Em vista dos resultados financeiros da CII em 2002, em fevereiro de 2003 a Administração e a Diretoria Executiva concordaram com um Plano de Ação Proposto para a Corporação Interamericana de Investimentos para 2003, permitindo à Corporação oferecer alternativas suplementares de financiamento. A Diretoria Executiva da CII aprovou no ano 11 projetos de financiamento de exportações, empréstimos de capital de giro para repasse a pequenas e médias empresas por meio de

Distribuição, por setores, do financiamento total líquido aprovado

(em 31 de dezembro de 2003)



intermediários financeiros, um mecanismo inovador de garantia para capital de giro e várias transações de cadeias produtivas.

Grupo de Estudo Externo

O Grupo de Estudo Externo da CII, composto de peritos internacionais de 10 países, foi encarregado, em 2002, pela Diretoria Executiva de passar em revista o mandato estratégico e o desempenho operacional da Corporação. O Grupo concluiu seu relatório em julho de 2003, com uma série de recomendações específicas no quadro mais amplo de todas as atividades voltadas para o setor privado e apoiadas pelo Grupo do BID. Apresentou suas recomendações principais num seminário *workshop* conjunto dos Diretores Executivos do BID e da CII realizado em setembro.

Entre as constatações primordiais — adiantadas num relatório parcial aos Governadores da CII em Milão — figuravam agilizar mais as operações da CII em apoio às pequenas e médias empresas a fim de atender melhor às necessidades dos clientes e reforçar sua presença local em toda a América Latina e o Caribe. O Grupo de Estudo Externo também endossou várias medidas operacionais e novas áreas de atividade para ajudar a impulsionar o desempenho e a sustentabilidade financeiros da CII. A CII já começou a implementar algumas das medidas recomendadas.

O grupo de gerentes do BID expôs um plano mais ambicioso para alinhar todas as operações do Grupo do BID relacionadas com o setor privado, para ser discutido pelos Diretores Executivos. As possíveis alternativas organizacionais para

o Grupo do BID em seu conjunto incluem, como denominador comum, medidas essenciais para aumentar os recursos destinados a empréstimos para o setor privado e a imprimir uma alavancagem mais efetiva aos mercados financeiros. Quaisquer que sejam as medidas tomadas, os países membros reafirmaram seu compromisso conjunto de manter uma sólida capitalização e procurar meios mais vigorosos para a realização do objetivo principal da Corporação, a saber, ajudar a pequena e média empresa. Prevê-se que os órgãos deliberativos tanto da CII quanto do BID reflitam sobre possíveis opções para buscar um amplo consenso em torno tanto do fundamento estratégico como os procedimentos e meios que lhe permitirão unir esforços de forma mais eficaz no futuro.

Administração e outras funções permanentes

Desenvolvimento empresarial

A meta principal da Unidade de Desenvolvimento Empresarial é apoiar o mandato da CII mediante a realização de atividades de desenvolvimento empresarial e de novos produtos para a CII. Essa Unidade foi criada para realizar atividades não-tradicionais de promoção comercial por meio de mecanismos operacionais alternativos que apoiem pequenas e médias empresas. Neste sentido, além dos tradicionais acordos de financiamento de projetos, a Unidade está apoiando o desenvolvimento de empresas de pequeno e médio porte, mediante novos mecanismos adaptados às necessidades setoriais ou nacionais específicas. Assim, está sondando novas possibilidades para a Corporação e canalizando recursos por meio de novos

mecanismos, atingindo várias empresas de pequeno e médio porte a baixo custo.

Por meio de novas estruturas, concebidas para setores ou países específicos, a CII está trabalhando com outras instituições públicas e privadas a fim de efetuar o financiamento de cadeias produtivas e de exportações, financiamento em moeda nacional e operações estruturadas.

Estas últimas operações, executadas nos mercados de capitais, permitem à CII, juntamente com bancos de investimento, apoiar pequenas e médias empresas com emissões garantidas, securitizações, arrendamentos operacionais e financeiros e co-financiamento em dólares e em moeda nacional. O objetivo é apoiar o desenvolvimento de mercados locais de capital.

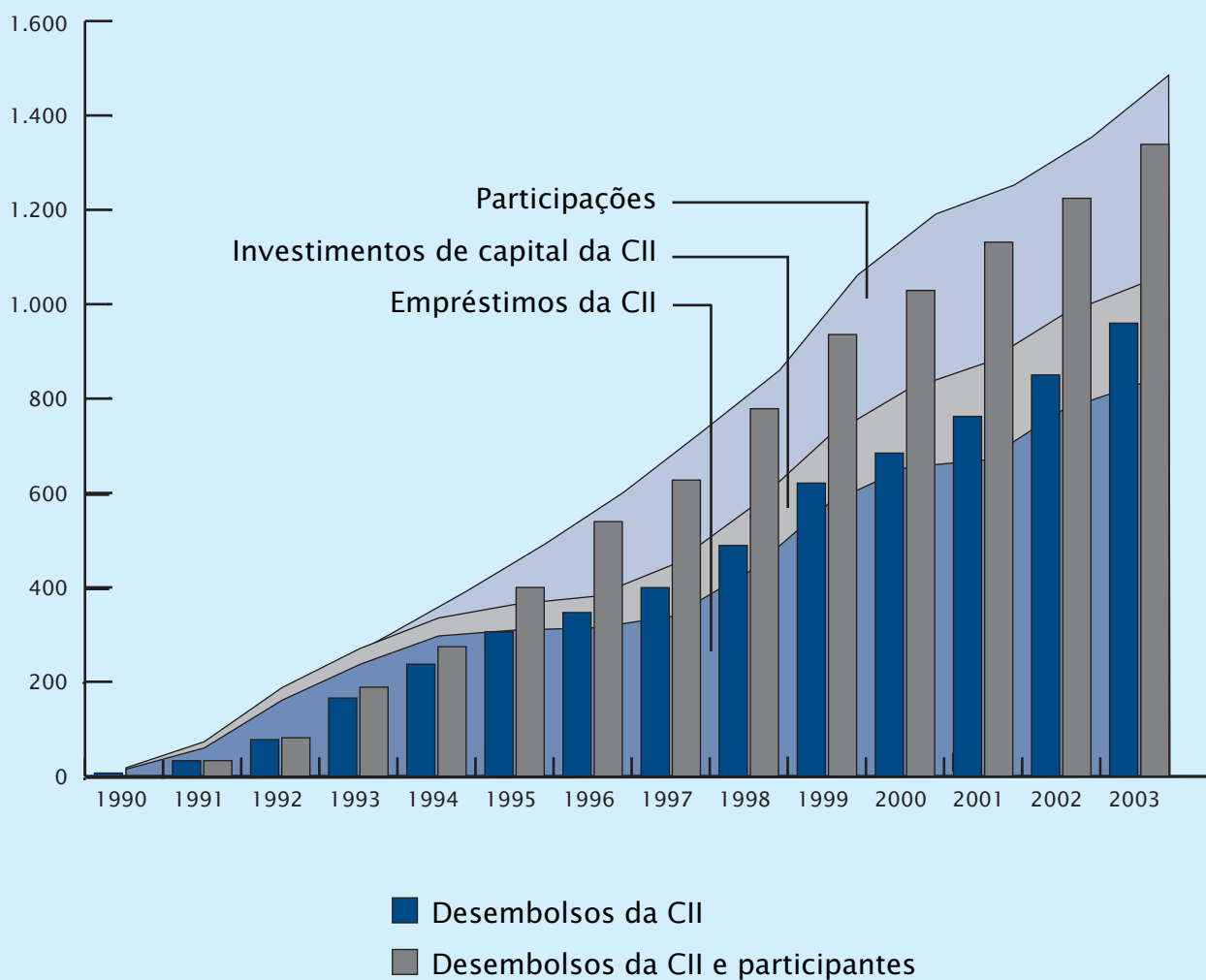
Gestão de carteira e de risco creditício

A aplicação efetiva e produtiva dos recursos subscritos pelos acionistas da CII exige uma correta administração de carteira, que leve em conta, primordialmente, os dois principais tipos de risco a que estão expostas as empresas com projetos da CII: o risco macroeconômico e o risco creditício.

O risco macroeconômico está, em grande medida, fora do controle da CII e de seus clientes. No entanto, o processo de avaliação anterior à aprovação do projeto leva em conta este risco e é concebido para evitar situações em que o risco potencial torne praticamente impossível atingir as metas de desenvolvimento da CII ou recuperar os seus ativos. A Unidade de Crédito da Corporação fornece à Comissão de Crédito uma avaliação do risco creditício e da estrutura de transações de cada

Carteira comprometida, total acumulado

(em 31 de dezembro de 2003, em milhões de US\$)



empresa com projeto da CII, inclusive uma análise do pacote de segurança. O Comitê é responsável por recomendar ao Gerente-Geral a apresentação de projetos à consideração da Diretoria e, portanto, concentra-se primordialmente em estudar questões de crédito e assegurar que os empréstimos e investimentos se estruturam de forma compatível com o perfil de risco da empresa interessada no projeto.

As questões não-creditícias, como o impacto desenvolvimentista e ambiental do projeto, a mobilização de recursos do setor privado e dos mercados de capital internacionais, bem como as políticas da CII, estão no centro do mandato da própria CII e são levadas em conta no processo mediante o qual se decide se um projeto será apresentado à Diretoria. Com esta finalidade, recebem-se das áreas relevantes informações sobre esses aspectos de cada proposta de projeto antes da reunião final da Comissão de Crédito.

Comitê de Supervisão de Carteira

O Comitê de Supervisão de Carteira é um órgão deliberativo presidido pelo Chefe da Divisão de Finanças e Administração de Risco, seus membros votantes exercem cargos de gerenciamento na Corporação. A principal responsabilidade do Comitê de Supervisão de Carteira é monitorar a qualidade geral da carteira da CII. Reúne-se regularmente, pelo menos uma vez por mês, para passar em revista a situação do ciclo de supervisão de carteira. Entre as principais responsabilidades do Comitê figuram a verificação e aprovação da classificação de risco de cada projeto da carteira, bem como a aprovação do nível adequado de

provisão para eventuais perdas da carteira. Periodicamente, o Comitê revê e aprova diretrizes e procedimentos destinados a aperfeiçoar o processo de supervisão. Revê ações específicas necessárias para reduzir os riscos e proteger os interesses da CII em projetos específicos.

Comissão de Crédito

A Comissão de Crédito analisa as operações novas e recomenda ao Gerente-Geral se deve ou não apresentá-las à aprovação da Diretoria. O Comitê é presidido pelo Oficial Principal de Crédito. Os outros membros permanentes são o Chefe da Unidade de Operações Especiais e o Chefe da Unidade de Administração e Supervisão de Carteira. O Chefe da Divisão de Finanças e Administração de Risco assessora a Comissão de Crédito em questões não-creditícias.

Unidade de Administração e Supervisão de Carteira

A Unidade de Administração e Supervisão de Carteira da CII, criada em 2003, monitora o desempenho da carteira de empréstimos e investimento de capital da CII uma vez efetuado o primeiro desembolso. Essa unidade também supervisiona o processo de desembolso.

O valor líquido da carteira da CII em 31 de dezembro de 2003 elevou-se a US\$264,4 milhões

Um total de cinco oficiais de investimento, designados às três representações da CII (em Colômbia, Costa Rica e Uruguai), administram e supervisionam toda a carteira corrente de projetos empresariais e de

intermediários financeiros; em 31 de dezembro de 2003, o valor líquido dessa carteira (exclusive fundos) elevava-se a US\$264,4 milhões. Entre as principais atividades da unidade figuram examinar regularmente os principais fatores de desempenho para cada exposição a risco, analisar informações financeiras periódicas, monitorar os desembolsos subseqüentes e verificar constantemente o cumprimento dos contratos por parte dos projetos.

67 missões de supervisão em 2003

O ativo monitoramento da carteira da CII e a proximidade dos oficiais de investimento designados às representações nos países levam a um melhor serviço ao cliente, contribuem para a detecção antecipada de problemas potenciais e ajudam a CII a prevenir situações que possam afetar seus interesses. No exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2003, a unidade realizou viagens de supervisão local a 67 projetos corporativos e instituições financeiras situadas em 20 países, cobrindo praticamente todos os países membros da CII na América Latina e no Caribe.

O monitoramento de fundos de capital privados na carteira é administrado por oficiais de investimento designados ao Departamento de Finanças Corporativas e Instituições Financeiras. A Unidade de Administração e Supervisão de Carteira também acompanha o desempenho e a valorização dos fundos.

Um oficial de investimento designado à Unidade de Administração e Supervisão de Carteira ajuda as equipes de

Operações aprovadas em 2003*

(em milhões de US\$ exceto criação de empregos)

País	Projeto	Setor	Empréstimos (bruto)**	Capital	Empréstimos e capital (bruto)	Custo estimado do projeto	Valor agregado anual	Geração anual de divisas	Criação de empregos
Barbados	CARIBBEAN FINANCIAL SERVICES CORPORATION	Serviços financeiros	3,0	0,0	3,0	1,0			
Bolívia	Refineria Oro Negro S.A.	Petróleo e mineração	4,0	0,0	4,0	11,9	5,5	22,1	16
Brasil	USINA MARACAJU S.A.	Agricultura e agroindústria	3,0	0,0	3,0	16,2	3,0	3,9	310
	BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.	Serviços financeiros	15,0	0,0	15,0	100,0			
	BANCO SAFRA S.A.	Serviços financeiros	10,0	0,0	10,0	50,0			
Chile	MILLAHEUE & TRALLAY	Agricultura e agroindústria	9,0	0,0	9,0	18,3	8,9	11,3	1.100
Costa Rica	ARRENDADORA INTERFIN	Serviços financeiros	5,0	0,0	5,0				
	PIÑALES DE SANTA CLARA S.A.	Agricultura e agroindústria	1,3	0,0	1,3	3,9		9,3	40
El Salvador	SIGMA II S.A.	Manufatura em geral	5,4	0,0	5,4	10,2	2,0	3,2	10
Equador	AGRÍCOLA GANADERA REYSAHIWAL AGR S.A.	Pecuária e criação de aves	8,0	0,0	8,0	16,0	3,0		20
	BANCO BOLIVARIANO	Serviços financeiros	5,0	0,0	5,0				
	PRODUBANCO	Serviços financeiros	7,0	0,0	7,0				
Guatemala	MACEROTI	Manufatura em geral	5,0	0,0	5,0	17,6	5,2	2,0	84
Honduras	AQUA HONDURAS S.A.	Aqüicultura e pesca	3,7	0,0	3,7	9,8	4,0	3,8	200
	CARACOL KNITS II S.A.	Têxteis, vestuário e couro	4,5	0,0	4,5	31,7	13,0	20,7	800
Jamaica	SUNSET BEACH RESORT	Turismo e hotelaria	10,0	0,0	10,0	53,8	30,2	23,9	339
	RBTB BANK JAMAICA LIMITED	Serviços financeiros	10,0	0,0	10,0	10,0			
México	NESTLÉ AGRICULTURAL SUPPLY-CHAIN FINANCING	Agricultura e agroindústria	10,0	0,0	10,0	15,0	30,0	12,5	900
	INSTITUTO SUPERIOR AUTÓNOMO DE OCCIDENTE, A.C. UNIVA II	Educação	1,0	0,0	1,0	1,0			
	IIC-NAFIN GUARANTEES PROGRAM	Serviços financeiros	20,0	0,0	20,0		125,0	20,0	3.250
Panamá	BANCO DEL ISTMO TRADE	Serviços financeiros	10,0	0,0	10,0				
Paraguai	BANCO REGIONAL	Serviços financeiros	1,0	0,0	1,0				
Peru	AMERICAN QUALITY AQUACULTURE, S.A.	Aqüicultura e pesca	2,8	0,0	2,8	8,5	2,8	4,4	140
	IQF DEL PERÚ	Agricultura e agroindústria	5,5	0,0	5,5	11,0	5,6	6,2	630
Regional	COFIDES DEBT FACILITY	Linhas de agência	30,0	0,0	30,0				
Uruguai	ZONAMERICA S.A.	Zonas de processamento industrial	4,5	0,0	4,5	12,2	3,9	2,8	1.400
Total	26		193,7	0,0	193,7	398,1	242,1	146,1	9.239

* Inclui operações com linhas de agência

** Inclui outros mecanismos de financiamento

projeto da CII a agilizar os desembolsos e assegura certos padrões mínimos de qualidade ao se assumirem novos riscos. As diretrizes sobre desembolso em vigor agilizaram o processo de desembolso a fim de maximizar o ganho de ativos minimizando perdas creditícias para a CII. Para este exercício financeiro, os desembolsos totalizaram US\$109,7 milhões — o nível mais alto desde 1999. Efetuaram-se desembolsos para 33 empresas e instituições financeiras situadas em 13 países.

Unidade de Operações Especiais

A Unidade de Operações Especiais tem realizado a sua função fiduciária específica de proteger os interesses da CII maximizando a recuperação de recursos de empréstimos e investimentos problemáticos desenvolvendo e implementando estratégias de recuperação eficazes. Transferem-se para esta unidade os projetos que sofrem uma deterioração grave em seu perfil de risco ou inadimplência de pagamentos programados. Para divulgar as lições decorrentes dos projetos problemáticos e melhorar a cultura creditícia da CII, dois membros da unidade são membros votantes da Comissão de Crédito, o Coordenador é um membro votante do Comitê de Supervisão de Carteira e a unidade reúne-se regularmente com a Divisão Jurídica.

A Unidade de Operações Especiais arrecadou US\$15 milhões e devolveu sete empréstimos reestruturados a uma posição produtiva

Em 2003 a Unidade de Operações Especiais foi responsável por uma carteira de 38 projetos, divididos entre investimentos de capital e empréstimos. Também em 2003, a arrecadação da Unidade elevou-se a US\$15 milhões, com custos diretos inferiores a 5% do montante arrecadado. Uma parte substancial do valor recuperado relacionava-se com o êxito da execução hipotecária e com a cobrança de pequenos empréstimos obtidos de instituições financeiras fracassadas. Nesse mesmo ano, ademais, a Unidade de Operações Especiais devolveu sete empréstimos reestruturados a uma posição produtiva.

Avaliação independente

Os indicadores objetivos de eficácia do desenvolvimento são essenciais para que se prestem publicamente contas do uso de recursos públicos e se aprenda com a experiência, estabelecendo padrões de êxito, bem como reforçando objetivos e valores do desenvolvimento. Neste sentido, a CII dispõe de um sistema de avaliação de projetos baseado em diretrizes formuladas pelo Grupo de Cooperação em Avaliação dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A função de avaliação é dividida entre auto-avaliação e avaliação independente. A auto-avaliação de projetos é responsabilidade da CII. O Escritório de Avaliação e Supervisão do BID presta à CII serviços de avaliação independente mediante um acordo entre as duas instituições.

Em 2003, o Escritório de Avaliação e Supervisão reconheceu o trabalho realizado pela CII após examinar o impacto das transações da CII com pequenas e médias empresas sobre o desenvolvimento. O Escritório observou também uma forte correlação entre

o resultado da CII para o desenvolvimento e o resultado de seus investimentos.

A CII está atendendo às sugestões do Escritório de Avaliação e Supervisão sobre a forma de aperfeiçoar a metodologia de avaliação. Descentralizou, por exemplo, a avaliação de projetos transferindo essa função para as representações, acrescentou indicadores quantitativos à matriz de adicionalidade usada para medir o impacto do desenvolvimento, criou um banco de dados de lições aprendidas e reforçou as funções de supervisão de carteira.

Normas ambientais e trabalhistas

Antes de apresentar à Diretoria Executiva qualquer operação nova (independentemente do fato de ser ou não financiada diretamente pela CII ou por meio de intermediários financeiros), a proposta passa por um processo de análise ambiental e trabalhista que inclui uma avaliação dos seguintes aspectos, quando cabíveis: situação ambiental de referência; grau de observância das leis, regulamentos e normas ambientais nacionais aplicáveis; uso sustentável dos recursos naturais; controle da poluição; manejo de resíduos; uso de substâncias perigosas; análise de riscos principais; segurança e higiene do trabalho; incêndios e proteção à vida; proteção da saúde humana, das propriedades culturais, dos povos tribais, de espécies em risco de extinção e de ecossistemas delicados; e questões de reassentamento.

Um resumo de cada projeto, inclusive quaisquer questões ambientais ou trabalhistas, é publicado no site da CII na Internet 30 dias antes da data prevista de aprovação por parte da Diretoria Executiva.

Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados*

(em 31 de dezembro de 2003, em milhões de US\$)

País	Número de projetos	Montantes brutos aprovados			Montantes líquidos comprometidos			Montantes desembolsados		
		Empréstimos**	Capital	Empréstimos e capital	Empréstimos	Capital	Empréstimos e capital	Empréstimos	Capital	Empréstimos e capital
Argentina	27	143,7	11,0	154,7	111,0	8,8	119,8	111,0	8,8	119,8
Bahamas	2	6,0	0,0	6,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
Barbados	2	3,0	4,0	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belize	1	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
Bolívia	13	56,6	1,9	58,5	46,3	1,3	47,6	46,3	1,3	47,6
Brasil	30	175,3	18,5	193,8	92,7	13,0	105,7	87,9	13,0	100,9
Chile	17	69,3	30,3	99,7	53,3	24,1	77,4	53,3	24,1	77,4
Colômbia	15	73,2	12,9	86,0	48,0	9,5	57,5	48,0	9,5	57,5
Costa Rica	11	50,0	1,5	51,5	42,3	0,5	42,8	42,3	0,5	42,8
El Salvador	5	13,8	4,5	18,3	13,7	2,0	15,7	5,3	2,0	7,3
Equador	13	56,3	2,5	58,8	32,3	1,8	34,1	24,3	1,8	26,1
Guatemala	9	51,1	0,5	51,6	22,1	0,0	22,1	18,9	0,0	18,9
Guiana	2	3,3	0,0	3,3	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0	0,8
Haití	1	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Honduras	13	60,6	1,0	61,6	31,4	0,0	31,4	24,8	0,0	24,8
Jamaica	8	39,3	1,5	40,8	15,6	0,0	15,6	5,6	0,0	5,6
México	28	128,0	45,3	173,2	57,8	27,3	85,1	50,9	19,8	70,7
Nicarágua	9	29,8	1,4	31,2	23,0	0,9	23,9	22,6	0,9	23,5
Panamá	6	30,0	0,0	30,0	30,0	0,0	30,0	30,0	0,0	30,0
Paraguai	7	26,6	0,0	26,6	21,9	0,0	21,9	20,6	0,0	20,6
Peru	23	121,8	10,8	132,6	66,8	4,5	71,3	65,9	4,5	70,3
Regional	31	106,2	153,0	259,2	18,1	110,5	128,6	12,9	87,4	100,2
República Dominicana	9	55,6	0,0	55,6	26,9	0,0	26,9	26,9	0,0	26,9
Trinidad e Tobago	4	17,5	2,8	20,3	9,6	0,6	10,2	9,6	0,6	10,2
Uruguai	13	59,6	6,2	65,8	38,5	6,0	44,6	31,0	6,0	37,1
Venezuela	11	56,8	4,7	61,5	29,5	0,0	29,5	28,3	0,0	28,3
Total	310	1.435,1	314,3	1.749,5	833,6	210,8	1.044,4	769,2	180,2	949,4

* Inclui as operações com as linhas de agência

** Inclui outros mecanismos de financiamento

Todos os intermediários financeiros com que a CII opera são obrigados, por contrato, a enviar representantes aos *workshops* sobre o meio ambiente para aprender a integrar práticas de manejo ambiental nas próprias operações e transformar boas práticas ambientais em vantagens competitivas. Os *workshops* focalizam a responsabilidade dos bancos pelo monitoramento dos aspectos ambientais dos projetos que financiam com recursos da CII.

Em dezembro de 2003, 38 representantes de 27 instituições financeiras em doze países da América Latina e do Caribe participaram de *workshops* sobre o meio ambiente organizado pela CII e pela Corporação Financeira Internacional.

Medidas anticorrupção

A CII atribui grande importância à transparência em suas operações financeiras que, portanto, passam por um rigoroso processo de devida diligência e são obrigadas a seguir sólidas práticas de gestão financeira. Em cada operação a CII analisa a capacidade do beneficiário no tocante a relatórios financeiros, controles e administração, incluindo riscos críticos — como práticas corruptas — a que possa estar exposto.

A CII também passa em revista as regulamentações sobre lavagem de dinheiro em cada país e analisa o cumprimento, por parte de cada instituição financeira, dessas regulamentações (se houver), bem como a adequação de seus controles com relação à captação de depósitos e às atividades gerenciais.

A CII faz parte da Comissão de Supervisão do BID, o que reforça as sinergias entre as duas instituições e alinha melhor as políticas e ações da CII com as do Grupo do BID no tocante a

alegações de fraude ou corrupção. O Grupo do BID providenciou conexões seguras por telefone, e-mail, fax e correio para qualquer pessoa que deseje apresentar uma acusação de fraude ou corrupção ligada a qualquer atividade financiada por qualquer das instituições do Grupo do BID. Outras informações sobre as políticas do Grupo do BID contra a fraude e corrupção, bem como sobre a forma de comunicar casos suspeitos estão disponíveis no site www.iadb.org/ocfc.

Cooperação com o BID

A ação conjunta com o BID pode ser um poderoso agente do desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A motivação básica da coordenação entre a CII e o BID é o desenvolvimento dos segmentos do setor privado no âmbito das estratégias e programações dos países. Com esta finalidade, a CII participa da Comissão de Coordenação do Setor Privado. O Oficial Principal de Crédito da CII assessora o Vice-Presidente Executivo do BID na avaliação do risco de crédito dos projetos do Departamento do Setor Privado do BID. O pessoal da CII também participa do Grupo de Revisão de Crédito do Departamento do Setor Privado e da Comissão de Empréstimos do Banco para operações realizadas com o setor privado. E a Comissão de Crédito da CII funciona de fato como “comissão de investimento” no processo de aprovação de investimento de capital para as operações do Fundo Multilateral de Investimentos.

Neste ano, a CII participou como membro do *Secured Transactions Task Force* (Grupo de Trabalho de Transações Garantidas), dirigido pelo Vice-Presidente Executivo do Banco

e constituído por representantes de todas as áreas relevantes do Grupo do BID para formular uma estratégia conjunta a fim de avançar na melhoria dos sistemas de garantias de operações financeiras na América Latina e no Caribe.

Fundo Multilateral de Investimentos

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) foi criado em 1992 para promover a viabilidade econômica e social de economias de mercado na América Latina e no Caribe. O Fumin é administrado pelo BID e contrata certos serviços com a CII. Além disso, a Comissão de Crédito da CII funciona como uma Comissão de Crédito Ampliada para as Transações do FUMIN relacionadas com os fundos de investimento de capital das microempresas.

Em 2003, a Corporação supervisionou vários projetos para o Fumin, participou da estruturação e análise de devida diligência de alguns fundos de investimentos para pequenas empresas e proporcionou supervisão na preparação de novos investimentos do Fumin.

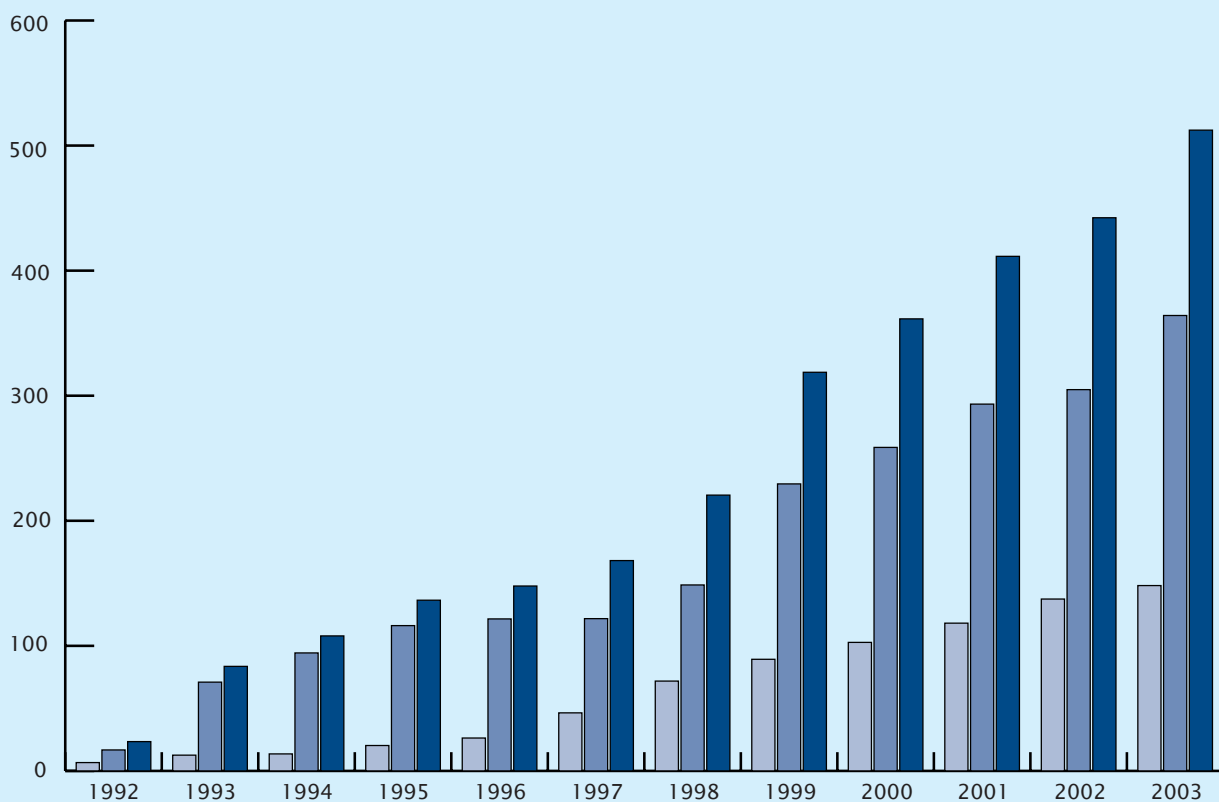
Programas especiais

Programa de Pequenos Empréstimos

Como outras instituições que prestam serviços a pequenas e médias empresas, a CII deve fornecer produtos de crédito que atendam às necessidades específicas deste segmento de mercado de modo efetivo em termos de custos, tanto para o mutuário como para o mutuante. Há anos a CII processa muitos empréstimos menores por meio de suas linhas de crédito a intermediários financeiros e, ultimamente, de linhas de

Financiamento desembolsado por meio de fundos de investimento e intermediários financeiros, 1992–2003

(em milhões de US\$)



- Investimentos de capital
- Empréstimos
- Investimentos de capital e empréstimos

agência concedidas a instituições financeiras que operam na região. Contudo, a dependência exclusiva desses acordos tem limitado a capacidade da CII para atender adequadamente às necessidades de pequenas e médias empresas em todos os países membros mutuários. O atendimento deste mercado exige um enfoque sensível e proativo, uma análise creditícia e um processo de aprovação mais simples e rápido, além de acesso a financiamento de longo prazo a taxas adequadas.

A CII começou a oferecer empréstimos na faixa de US\$150.000 a US\$1.500.000

Assim, em 2002 a Diretoria Executiva da CII aprovou o oferecimento de empréstimos individuais na faixa de US\$150.000 a US\$1.500.000, com um limite de US\$20.000.000 para o total das aprovações no âmbito de um programa piloto bial de pequenos empréstimos. O programa piloto foi desenvolvido para a Bolívia, Costa Rica e El Salvador a fim de tirar partido tanto de sua presença física na América Central e trabalhar como da experiência adquirida com o programa piloto Finpyme na Bolívia e no Chile. Em 2003 o programa foi implementado na Bolívia e a Administração apresentará à Diretoria um relatório com uma avaliação do programa.

AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund

A CII empresta seu conhecimento regional especializado à Emerging Markets Partnership para fins de investimentos do fundo em empresas de infra-estrutura na América Latina, sobretudo nos setores da eletricidade, transporte e telecomunicações. A Emerging Markets Partnership é o principal assessor do AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund (LAIF). Durante o ano, a CII prestou serviços de assessoramento e supervisão à carteira de projetos do LAIF.

Fundo de fideicomisso CII/Dinamarca para serviços de consultoria

A Corporação Interamericana de Investimentos e o Governo da Dinamarca assinaram este ano um acordo de serviços de consultoria que abrange um período de quatro anos. Esse acordo prevê o montante de três milhões de coroas dinamarquesas para o financiamento de serviços de assessoramento em conformidade com a missão da CII de promover o desenvolvimento do setor privado, a criação de emprego e o crescimento sustentável. Parte dos recursos a serem proporcionados nos termos do acordo será destinada a países membros regionais da CII e a grupos sub-regionais de países cujo produto nacional bruto per capita seja inferior a um determinado nível. Outra parcela será utilizada especificamente na Bolívia e na Nicarágua e uma terceira será destinada

a financiar serviços de assessoramento prestados por cidadãos dinamarqueses, consultores nacionais de países membros regionais da CII ou cidadãos de outros países membros da instituição que tenham estabelecido fundos de fideicomisso com a mesma. A fim de incentivar a criação e o fortalecimento da capacidade local, dar-se-á preferência a consultores procedentes de países membros prestatários da CII.

Outros fundos

A Corporação pode igualmente sacar recursos de fundos especiais para realizar estudos e outras atividades. Entre esses fundos figuram o Austrian Fund, o Italian Trust Fund, o Swiss Fund, o Evergreen Fund da Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Spanish Trust Fund do BID. Além disso, há acordos de cooperação implementados com o Centre for the Development of Industry (financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento no âmbito da Convenção de Lomé), e com o Nordic Development Fund.

Em 2003 a CII canalizou US\$285.000 em fundos de cooperação técnica

Em 2003 foram canalizados por meio da Corporação cerca de US\$285.000 em fundos de cooperação técnica.

Países de origem e aquisições totais, 1989–2003

(US\$000)

Alemanha	73.249
Argentina	289.148
Áustria	358
Bahamas	2.612
Barbados	3.000
Bolívia	10.252
Brasil	177.438
Chile	135.458
Colômbia	24.493
Costa Rica	69.458
Dinamarca	8.038
El Salvador	14.697
Equador	21.037
Espanha	18.631
Estados Unidos	396.080
Finlândia	2.240
França	12.717
Guatemala	49.241
Guiana	600
Honduras	56.431
Israel	11.467
Itália	43.987
Jamaica	4.940
Japão	17.230
México	99.254
Nicarágua	23.043
Noruega	7.521
Países Baixos	35.084
Panamá	13.652
Paraguai	5.297
Peru	70.078
Regional	14.530
República Dominicana	30.043
Suécia	677
Suiça	11.658
Trinidad e Tobago	1.000
Uruguai	63.371
Venezuela	37.281
Total	1.855.289

Atividades de Investimento para o Desenvolvimento

Fontes de recursos

A CII conta com diversas fontes de recursos, a saber: capital integralizado, empréstimos de terceiros, receitas geradas pelo investimento de seus ativos líquidos e fundos provenientes da alienação de investimentos de capital ou amortizações recebidas de empréstimos concedidos. A capacidade da CII de conceder empréstimos e efetuar investimentos de capital é uma função de seu capital integralizado e de seu endividamento, estando este último limitado pelo Convênio Constitutivo a três vezes o valor do capital integralizado.

- *A CII financia até 33% do custo de projetos novos e até 50% do custo de projetos em expansão.*
- *Os prazos variam de 5 a 12 anos e incluem um prazo de carência apropriado.*

Os empréstimos da CII são expressos em dólares dos Estados Unidos. Os montantes dos empréstimos podem representar até 33% do custo de um projeto novo ou até 50% do custo de um projeto de expansão. Os prazos de amortização dos empréstimos são, em geral, de cinco a oito anos (até o máximo de 12 anos), incluindo o respectivo prazo de carência. Os empréstimos, cujos custos são estabelecidos de acordo

com as condições do mercado internacional, estão geralmente sujeitos a uma taxa variável baseada na LIBOR (Taxa Interbancária do Mercado de Londres). Em certos casos, a CII pode conceder empréstimos conversíveis, subordinados, participativos ou a juros fixos.

A CII também investe no capital de empresas, participando com até 33% do capital acionário da empresa beneficiária. No final do período de investimento, ela vende sua participação acionária. Entre os possíveis mecanismos de saída figuram a venda na bolsa de valores local, a colocação privada junto a terceiros e a venda aos patrocinadores do projeto com base em um contrato pré-negociado de compra e venda de ações. A CII investe igualmente em fundos de ações cujas operações exerçam um impacto positivo sobre o desenvolvimento da região. Tais atividades representam um uso eficiente dos recursos de capital da CII, que assim atinge um número muito maior de pequenas e médias empresas. O uso de fundos de ações também promove a mobilização de capital, atraindo outros investidores institucionais. A CII pode igualmente fazer investimentos de quase-capital.

O mercado alvo da CII é constituído por empresas com faturamento de até US\$35 milhões. Não obstante, a CII colabora de maneira seletiva com empresas cujas vendas ultrapassam US\$35 milhões. Em casos limitados, a CII financia também empresas de *joint venture*. Embora a rentabilidade e a viabilidade financeira de longo prazo sejam requisitos para que a

CII considere a possibilidade de conceder financiamento, também se leva em conta o efeito da empresa sobre fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico.

O mercado alvo da CII abrange empresas com faturamento de até US\$35 milhões. Mas a CII trabalha de maneira seletiva com empresas cujas vendas ultrapassam US\$35 milhões.

A CII também proporciona financiamento a diversos tipos de instituições financeiras que atendem ao mercado constituído por pequenas e médias empresas. Entre outras, essas instituições incluem, embora não de forma exclusiva, bancos comerciais, companhias de arrendamento mercantil, financeiras e companhias especializadas em serviços financeiros.

Resumo de investimentos em desenvolvimento durante 2003

Operações diretas

As operações do ano estão apresentadas num formato que reflete na sua totalidade o impacto das atividades de financiamento da CII. Além dos projetos diretos aprovados, constam informações sobre operações de subempréstimo-empréstimo, subinvestimento e co-financiamento aprovadas em 2003, as quais, por meio de

intermediários financeiros, alavancam substancialmente os recursos proporcionados diretamente pela própria CII. Também se informam as cifras sobre oportunidades de venda de bens e serviços para países

mutuários e não-mutuários (US\$114 milhões em 2003).

As operações descritas adiante¹¹ referem-se a empréstimos e programas no total de US\$193,7

11. As operações por meio de linhas de agência aparecem em *itálico*.

milhões. Os três empréstimos co-financiados do ano mobilizarão mais US\$125 milhões de recursos financeiros, alavancando mais ainda os recursos disponíveis para as pequenas e médias empresas da região.

Empréstimo: US\$60 milhões
Subempréstimos: US\$2 milhões
a US\$10 milhões

Regional

A Diretoria Executiva aprovou uma linha de crédito em conjunto com a Companhia Española de Financiación del Desarrollo S.A. (COFIDES) que concederá empréstimos a longo prazo a pequenas e médias empresas privadas em regime de *joint venture* situadas em países membros da CII na América Latina e no Caribe. Essas *joint ventures* serão formadas por acionistas de países-membros da CII, pertencentes ou não à região. A COFIDES é uma companhia espanhola de desenvolvimento que presta apoio ao crescimento econômico de países emergentes e em desenvolvimento.

Os recursos da CII serão empregados na modernização e expansão das operações e no aumento da eficiência, da produtividade e da competitividade desses empreendimentos nos mercados nacional e internacional. As *joint ventures* operarão nos setores industrial, manufatureiro, de construção, químico, turístico, agro-industrial e serviços ou a alguma atividade que contribua para a geração de divisas. Graças a este mecanismo de crédito, o financiamento da CII atingirá, no mínimo, seis e no máximo trinta pequenas e médias empresas em regime de *joint venture*.

Linha de crédito: até US\$3 milhões
Subempréstimo máximo:
US\$1 milhão

Barbados

O empréstimo à Caribbean Financial Services Corporation (CFSC) permitirá que essa companhia conceda financiamento a pequenas e médias empresas de Barbados, Guiana e Trinidad e Tobago que necessitam de empréstimos para atender às suas necessidades de capital de giro permanente.

Assim, a CII ajudará uma pequena companhia de Barbados a instituir um programa permanente de financiamento de capital de giro para pequenas e médias empresas, setor não devidamente atendido pelos bancos comerciais. Ao mesmo tempo, o programa ajudará essa companhia a consolidar sua presença no mercado.

Prevê-se que de 12 a 15 pequenas e médias empresas se beneficiem com essa operação, cujo efeito de demonstração deve levar outras instituições financeiras a aumentar suas atividades de crédito a esse segmento do mercado.

Bolívia

Empréstimo: US\$4 milhões
Custo do projeto: US\$11,9 milhões

A Import-Export América Russ Ltda. (Refinería Oro Negro), da Bolívia, usará um empréstimo da CII para aumentar sua capacidade de refino de petróleo bruto, passando a incluir a gasolina em sua linha de produtos. O projeto prevê a instalação de uma nova unidade de processamento de petróleo bruto e uma unidade de reformação

catalítica. O financiamento da CII permitirá à Oro Negro substituir uma parte das importações de óleo diesel pela Bolívia, contribuindo assim para poupar divisas. Todos os acionistas da companhia são de nacionalidade boliviana.

Brasil

Empréstimo: US\$50 milhões
Subempréstimo mínimo: US\$200.000

No atual cenário econômico da região, uma das necessidades mais prementes é o acesso a linhas de financiamento de comércio exterior para manter a viabilidade das empresas exportadoras, o que, por sua vez, ajudará a estimular as economias nacionais. Foi nesse contexto que a Diretoria aprovou um empréstimo ao Banco Safra S.A. do Brasil. A CII fornecerá até US\$15 milhões do valor total desse crédito, ficando os US\$35 milhões remanescentes por conta de instituições internacionais que participam do programa de co-financiamento da CII. Esses montantes serão utilizados para linhas de financiamento de comércio exterior de empresas brasileiras (incluindo financiamento pré-exportação, pós-exportação e de importação). Espera-se que essa operação venha a beneficiar de 80 a 100 pequenas e médias empresas.

Empréstimo A: US\$15 milhões
Empréstimo B: US\$85 milhões

A Diretoria Executiva aprovou um empréstimo “A” de até US\$15 milhões e um empréstimo “B” de até US\$85 milhões ao Banco Rabobank International Brasil S.A. com o intuito de ajudar um número maior de pequenas e médias empresas a obter acesso a crédito para compra de bens e serviços de grandes empresas.

O empréstimo será usado pelo banco para financiar a aquisição da totalidade das quotas principais de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído para adquirir recebíveis descontados emitidos por determinadas companhias que financiam pequenas e médias empresas. A CII, por meio dessa operação, dará respaldo ao desenvolvimento de um mecanismo que permite a pequenas instituições financeiras comprar contas a receber de pequenas firmas de agroindústria.

Essa operação possibilitará o financiamento de 70.000 a 100.000 pequenas e médias empresas do Brasil. O projeto incentivará outras instituições financeiras e agentes dos mercados de capitais a usar esse tipo de financiamento e instrumentos capazes de fomentar o desenvolvimento dos mercados locais de capital.

Empréstimo: US\$8 milhões
Custo do projeto: US\$16,2 milhões

Empréstimo à Usina Maracaju, S.A. que permitirá a essa empresa aumentar sua capacidade de produção de açúcar e álcool e equiparar-se aos níveis de eficiência e produtividade das empresas líderes do setor. O projeto prevê a introdução de melhorias tecnológicas em diferentes etapas do processo de moagem e a ampliação e construção de alojamentos para os trabalhadores agrícolas da empresa no período da colheita.

O financiamento da CII ajudará a Maracaju a realizar o projeto de expansão, valendo-se das vantagens comparativas do Brasil na produção de açúcar e álcool, bem como concorrer com mais eficácia no mercado global.

O projeto gerará 310 empregos diretos, dos quais 290 serão novos empregos para trabalhadores agrícolas, beneficiando famílias de baixa renda. Além disso, o projeto deve gerar uma receita líquida em moeda estrangeira de US\$38,7 milhões.

Chile

*Empréstimo: US\$9 milhões
Custo do projeto: US\$18,3 milhões*

A Diretoria aprovou um empréstimo à Agrícola Millahue Ltda. e à Agrícola Trallay Ltda. para o financiamento de cultivos de frutas, principalmente maçãs, programas de controle de qualidade e criação de novas sementeiras, além de fornecer capital de giro permanente para custear despesas do período anterior e posterior à colheita.

Com esse projeto, a CII dará apoio ao setor de exportação de produtos agrícolas do Chile, que se tornou líder mundial no setor graças a suas vantagens comparativas e competitivas na produção de maçãs e outras frutas. O financiamento da CII permitirá que as empresas envolvidas juntem esforços para conquistar uma posição competitiva semelhante à das grandes companhias internacionais e competir em termos de igualdade com exportadores de outros países do Hemisfério Sul. Esse financiamento possibilitará a criação de aproximadamente 1.100 empregos durante a colheita e dará às empresas de porte médio condições de adquirir estabilidade operacional e financeira.

Costa Rica

*Empréstimo: até US\$5 milhões
Arrendamento médio: US\$35.000*

Uma das maneiras mais rentáveis que a CII tem para atingir seu mercado alvo é dar apoio a instituições financeiras que financiam pequenas e médias empresas. Com uma única operação, a CII atingirá um número maior de empresas privadas, assegurando o uso dos recursos concedidos de acordo com as diretrizes e as estratégias operacionais da CII.

Um empréstimo à Arrendadora Interfin, a maior e mais antiga firma de arrendamento mercantil da Costa Rica, permitirá à CII proporcionar acesso a financiamento de longo prazo a cerca de 430 pequenas e médias exportadoras desse país que precisam comprar equipamentos para aumentar sua produtividade, bem como complementar o financiamento local.

Essa operação ajudará a criar um instrumento financeiro que permitirá a pequenas e médias empresas reduzir as necessidades de capital e administrar seu risco de ativos. O arrendamento financeiro na Costa Rica tem permitido maior acesso a recursos destinados a aumentar os investimentos em ativos, nos setores tanto privado como público.

*Empréstimo: US\$1,25 milhão
Custo do projeto: US\$3,9 milhões*

A Diretoria aprovou um empréstimo à Piñales de Santa Clara S.A. no âmbito de um contrato de linha de agência entre a Latin American Agribusiness Development Corporation e a CII.

Esse projeto prevê a ampliação de uma plantação de abacaxis para os mercados de exportação, abrangendo a aquisição, o desenvolvimento e o cultivo de uma plantação de abacaxis de 170 hectares, além dos requisitos de capital de giro.

O projeto de expansão, uma vez concluído, deve criar 40 postos permanentes de trabalho. As exportações de abacaxi in natura da Piñales de Santa Clara representam atualmente uma contribuição de US\$8,5 milhões por ano em divisas para a Costa Rica. O empréstimo em pauta deverá gerar receitas de US\$800.000 em divisas por ano.

Equador

*Empréstimo: US\$5 milhões
Subempréstimos: US\$10.000
a US\$100.000*

Um empréstimo da CII ao Banco Bolivariano C.A. ajudará a financiar as operações de comércio exterior de pequenas e médias empresas equatorianas, abrangendo exportações e importações, bem como

atender às necessidades de capital de giro relacionadas com as atividades de exportação e importação.

Esse empréstimo permitirá à CII financiar um número considerável de pequenos e médios exportadores com dificuldade em acessar linhas de comércio exterior ou capital de giro. Essa linha fará crescer as exportações das pequenas e médias empresas equatorianas e aumentará a receita de divisas de que a economia necessita. Essa operação deve beneficiar pelo menos 50 pequenas e médias empresas.

Empréstimo: até US\$7 milhões
Subempréstimo máximo:
US\$1 milhão

Empréstimo da CII ao Banco de la Producción, S.A. (PRODUBANCO) para concessão de financiamento de comércio exterior a pequenas e médias empresas do Equador. Essa operação abrangerá financiamento pré-exportação e pós-exportação e empréstimos de capital de giro relacionado com atividades de exportação.

Prevê-se que esse empréstimo beneficie de 80 a 100 pequenos e médios exportadores do Equador, promovendo o crescimento econômico e aumentando o fluxo de divisas para a economia. As empresas beneficiárias deverão cumprir as normas de segurança e saúde ambiental e ocupacional da CII e a regulamentação trabalhista local.

Empréstimo: até US\$8 milhões
Custo do projeto: US\$16 milhões

A Corporação concedeu um empréstimo à Agrícola Ganadera Reysahiwal S.A., empresa equatoriana de porte médio de laticínios, para um projeto de expansão que inclui a criação de 20 empregos. Esse projeto abrange obras de construção civil e compras de maquinaria com o intuito de aumentar a produção de 70.000 para 130.000 litros de leite por dia. Serão também adquiridos novos equipamentos de embalagem, que aumentarão a produção de iogurte, além de filtros para a produção de queijos. Espera-se que essas medidas também melhorem a qualidade dos produtos processados.

O projeto prevê melhorias da produtividade dos fornecedores, cerca de 600 pequenas fazendas de criação de gado de propriedade familiar, graças ao financiamento que será concedido para a compra de fertilizantes, sementes e gado de qualidade, bem como para a prestação de serviços de assistência técnica e consultoria.

Adicionalmente, a empresa implementará um sistema de distribuição por meio de caminhões refrigerados a serem fornecidos aos atuais 77 distribuidores independentes, mediante um plano de financiamento administrado pela Reysahiwal. Finalmente, o projeto prevê o refinanciamento de uma dívida a curto prazo de cerca de US\$3 milhões junto a bancos locais.

El Salvador

Empréstimo: até US\$5,4 milhões
Custo do projeto: \$10,2 milhões

A Diretoria Executiva aprovou um empréstimo à Sigma, S.A. para um projeto de ampliação que inclui o financiamento de capital de giro permanente e a melhoria e a expansão de diversas divisões da Sigma, mediante investimentos em novas máquinas para aumentar a qualidade dos produtos e flexibilizar a produção. A Sigma imprime, projeta e fabrica embalagens de papelão ondulado, recipientes de plástico e embalagens flexíveis.

Esse projeto também prevê a etapa final da implementação de um novo sistema de informações administrativas que permitirá o melhor controle de estoques e do ciclo total de negócios. A Sigma tenciona aumentar sua participação nos mercados regionais, sem

prejuízo de sua participação no mercado da América Central. O projeto de modernização permitirá à empresa atender ao alto volume de demanda de determinados produtos de alta qualidade por parte de seus principais clientes. Ele deverá gerar divisas líquidas de US\$31,9 milhões nos 10 primeiros anos e criar 10 empregos.

Guatemala

Empréstimo: até US\$5 milhões
Custo do projeto: US\$17,6 milhões

A Tejas Cerámicas Maya, S.A. (MACEROTI) utilizará um empréstimo da CII para construir e operar uma fábrica de telhas de cerâmica, blocos para paredes e blocos extrudados para calçamento. A produção será destinada aos mercados da Guatemala e América Central.

Com essa operação, a CII dará apoio a pequenas e médias empresas guatemaltecas que atuam nos setores de construção civil e exportação, uma vez que a MACEROTI aumentará o fornecimento de produtos de cerâmica na América Latina e, posteriormente, nos mercados alvo da Costa Leste dos Estados Unidos e do México.

Prevê-se a criação de cerca de 84 empregos diretos e a geração de divisas no valor de US\$20,4 milhões no decorrer do projeto.

Honduras

Empréstimo: até US\$3,7 milhões
Custo do projeto: \$9,8 milhões

A Diretoria aprovou um empréstimo à Aqua Corporación de Honduras S.A. para um projeto de expansão com vistas a aumentar a produção anual de biomassa de tilápia *in natura*. Esse projeto exigirá a construção de novos tanques de peixes e a expansão da capacidade de processamento e embalagem da empresa, bem como capital de giro adicional. O projeto prevê ainda a construção de uma fábrica de processamento que permitirá a transformação de todas as sobras de peixe em farinha de peixe.

Com essa operação, a CII dará apoio a uma indústria relativamente nova em Honduras, totalmente voltada para os mercados de exportação, gerando assim um fluxo de divisas para o país proveniente de uma fonte não-tradicional de exportações. O projeto de expansão criará 200 empregos diretos e numerosos empregos indiretos relacionados à criação e à exportação de tilápias *in natura*.

A participação da Corporação nesse projeto possibilitará a expansão de uma pequena empresa que requer financiamento de longo prazo para competir com eficácia no mercado internacional.

Empréstimo: US\$4,5 milhões
Custo do projeto: US\$31,7 milhões

Um empréstimo à Caracol Knits, S.A. de C.V., fabricante de produtos têxteis, será utilizado para investimentos que aumentarão em mais de 100% a capacidade de produção da empresa. A Caracol Knits é considerada uma empresa modelo no setor têxtil de Honduras e esse projeto financiado pela CII também permitirá à empresa aumentar o valor das operações *maquila* tradicionais.

Com esse projeto, a CII apoiará o setor têxtil de Honduras, gerando mais de 800 empregos diretos e receitas substanciais em divisas para a economia. Além disso, o projeto promoverá a transferência de tecnologia e a aquisição de *know-how* pela força de trabalho local. A participação da CII também possibilitará a expansão da estação de tratamento de água a fim de comportar o aumento da capacidade da fábrica, em conformidade com as diretrizes ambientais da CII.

Jamaica

Empréstimo: US\$10 milhões
Subempréstimo médio:
inferior a US\$1 milhão

O RBTT Bank Jamaica Limited utilizará um empréstimo da CII para financiar pequenas e médias empresas da Jamaica que necessitam de recursos de longo prazo para adquirir ativos fixos ou maquinaria ou para capital de giro. Essa operação deve beneficiar de 10 a 12 pequenas e médias empresas, contribuindo assim para o desenvolvimento do setor privado da Jamaica.

Empréstimo: até US\$10 milhões
Custo do projeto: US\$53,8 milhões

A Diretoria Executiva aprovou um empréstimo à empresa Sunset Beach Resort & Spa Hotel Limited para um projeto que abrange a compra de novos imóveis e a expansão e modernização das instalações existentes. O Sunset Beach é um hotel resort completo que responde atualmente por 2,6% dos quartos de hotel da Jamaica. O projeto de expansão deverá aumentar essa percentagem para 4%.

O financiamento também permitirá expandir para a área de Negril, um dos destinos turísticos mais concorridos do Caribe. Além disso, a empresa espera obter economias de escala substanciais e fortalecer sua posição no mercado como o maior hotel de propriedade independente da ilha.

O apoio da Corporação a esse projeto estimulará o fluxo de divisas para a Jamaica, já que 96% da receita da empresa são expressos em dólares dos Estados Unidos.

México

Empréstimo: US\$1 milhão
Custo do projeto: US\$1 milhão

O Instituto Superior Autónomo de Occidente, A.C. (UNIVA II) é uma instituição educacional sem fins lucrativos do México central, com mais de 40 anos de atuação no setor. O UNIVA oferece a seu público alvo — as classes média e operária — uma programação de cursos flexíveis e convenientes para as pessoas que trabalham. Possui estabelecimentos em três dos cinco estados que registram as menores taxas de escolaridade do México.

O UNIVA utilizará o empréstimo do CII na compra de equipamentos de laboratório, computadores e alguns veículos para transporte dos professores a outros campi ou a programas de empresas, complementando dessa forma o projeto financiado pela CII em 2002, o qual ajudou a custear prédios, uma biblioteca e equipamentos de alguns dos campi do UNIVA.

Milhares de estudantes serão beneficiados com os novos serviços resultantes desse projeto. No início de 2003, o UNIVA contava com 12.046 alunos, número que espera aumentar para mais de 21.700 até 2010. Em 2002 foram concedidas bolsas de estudo a 2.283 alunos.

Garantias: US\$20 milhões
Máximo por beneficiário: US\$200.000

A CII assinou um contrato de um programa de garantias para financiamento de cadeias produtivas em conjunto com a Nacional Financiera S.N.C. (NAFINSA), o maior banco de desenvolvimento do México e líder na concessão de financiamento a pequenas empresas fornecedoras de bens e serviços a órgãos do setor público e empresas privadas de primeira linha.

Esse programa destinará montante não superior a US\$200.000 por beneficiário a pequenos fornecedores de empresas de primeira linha atuantes em diversos setores produtivos de todo o país, beneficiando

assim as empresas que geram empregos e produzem bens essenciais para a economia em várias regiões.

Calcula-se que o programa de garantias abrangerá de 500 a 800 beneficiários no decorrer dos sete anos previstos de duração do projeto. Deverá contribuir para a criação de 2.500 a 4.000 empregos, gerar uma receita anual de exportações avaliada de US\$15 milhões a US\$25 milhões e contribuir com US\$100 milhões a US\$150 milhões anuais para o produto interno bruto do México. A participação das instituições financeiras locais mobilizará US\$5 por cada dólar fornecido pela CII.

Programa: até US\$10 milhões
Subempréstimos: de US\$5.000
a US\$50.000
Custo do projeto: US\$15 milhões

Este programa de financiamento a pequenas fazendas fornecedoras de leite à Nestlé México S.A. de C.V. foi estruturado em conjunto com a Nestlé e uma instituição financeira local. Estas duas últimas cuidarão dos aspectos operacionais do programa. A Nestlé atuará como gestor do programa, agente de cobrança e identificação e membro da comissão de avaliação. A instituição financeira local será o agente fiduciário e todos os empréstimos da CII às pequenas fazendas serão encaminhados pelo fundo fiduciário. Uma vez negociados e aprovados os empréstimos, o risco da CII passará a ser diretamente com cada um dos beneficiários. O financiamento inicial do programa piloto é de US\$10 milhões e os subempréstimos terão o limite de US\$50.000 por empresa. Com esse programa, a CII espera fornecer financiamento direto a cerca de 300 a 600 pequenos produtores de leite de todo o México. Este programa de 10 anos significará sustentabilidade de longo prazo e apoio contínuo aos pequenos produtores. Segundo estimativas conservadoras, o programa gerará, em média, pelo menos dois empregos por empréstimo/produtor nesse setor de mão-de-obra intensiva. Além disso, o programa poupará despesas em divisas avaliadas em US\$10 milhões a US\$15 milhões por ano e fará uma contribuição de US\$25 milhões a US\$35 milhões por ano ao produto interno bruto do México.

Panamá

Empréstimo: US\$10 milhões
Subempréstimo: US\$10.000
a US\$2 milhões

O empréstimo ao Primer Banco del Istmo S.A. (BANISTMO) ajudará a financiar as operações de importação e exportação, inclusive o capital de giro relacionado a essas atividades, de pequenas e médias empresas do Panamá, Costa Rica e Honduras.

Os recursos da CII darão respaldo à revitalização das indústrias de transformação, o que, por sua vez, resultará em aumento da produção e do emprego. Também financiarão a aquisição de matérias-primas, peças de reposição e outros insumos de produção importados, gerando divisas por meio da produção e exportação de bens. Essa operação deverá beneficiar de 140 a 160 empresas.

Paraguai

Empréstimo: até US\$1 milhão
Subempréstimo máximo:
US\$100.000

A Diretoria aprovou um empréstimo ao Banco Regional S.A. para financiamento de capital de giro de pequenos e médios empreendimentos agrícolas do Paraguai. Os recursos serão empregados para financiar a compra de insumos para o cultivo e colheita de produtores de soja e

trigo em ciclos curtos, para permitir que os beneficiários paguem os empréstimos com a receita proveniente da safra.

Com essa operação, a CII ajudará um pequeno banco regional do Paraguai a instituir um programa de financiamento de capital de giro voltado para pequenas e médias empresas de agroindústria. Atualmente, o atendimento a esse setor pelo sistema bancário comercial local é precário. Ao mesmo tempo, a CII promoverá a canalização de fundos para atender às necessidades de capital de giro permanente de pequenas e médias empresas. Espera-se que essa atitude exerça um efeito de demonstração no sistema, incentivando outras instituições financeiras a incrementar as atividades de crédito nesse segmento do mercado.

Peru

Empréstimo: US\$2,8 milhões
Custo do projeto: US\$8,5 milhões

A American Quality Aquaculture, S.A. é uma empresa recém-constituída que pretende montar um complexo superintensivo de criação gerenciada de tilápias, capaz de propiciar safras o ano todo, graças a um sistema inovador baseado na troca maciça de água que opera pela força da gravidade, tirando proveito da topografia do local e claramente voltado para o mercado de exportação.

O projeto prevê a construção de um viveiro de tilápias, uma estação de bombeamento, um laboratório e instalações de armazenamento, além da construção de uma fábrica de processamento e da compra das respectivas máquinas e equipamentos.

A empresa calcula que sejam criados 140 empregos nessa região economicamente deprimida do país e que o projeto contribua para reativar a economia do Norte do Peru.

Empréstimo: até US\$5,5 milhões
Custo do projeto: US\$11 milhões

Empréstimo a IQF del Perú, S.A. e Sociedad Agrícola Tacaraca, S.A. que será usado para um projeto de expansão para aumentar a capacidade de cultivo e processamento dessas empresas e a construção e equipamento de uma instalação de enlatamento. Esses recursos permitirão à IQF aumentar em 80% suas exportações anuais.

Esse projeto prevê a compra de aproximadamente 390 hectares de terra agricultável no Vale Ica, a ser usada no cultivo de aspargo, alcachofra e abacate, aumentando assim o suprimento de produtos fornecidos pela empresa. Os recursos da CII também serão empregados na instalação de um novo túnel da IQF (congelamento rápido individual) em uma das fábricas de processamento da empresa e na construção e equipamento de uma instalação de enlatamento adjacente à fábrica de processamento. O projeto também aumentará a capacidade de armazenamento de produtos congelados da empresa e permitirá a instalação de sistemas de irrigação nas novas fazendas.

O apoio da CII a esse projeto possibilitará a criação de 630 empregos em Ica e comunidades vizinhas, melhorando o padrão de vida local. Também aumentará a capacidade de produção de itens cuja demanda já cresceu significativamente. Como todos esses produtos são vendidos no exterior, a capacidade de geração de divisas, como resultado desse projeto, passará do total de US\$12,7 milhões ao ano para quase US\$20,7 milhões ao ano.

Empréstimo: US\$4,5 milhões
Custo do projeto: US\$12,2 milhões

Uruguai

Empréstimo à Zonamerica S.A. para apoiar a expansão do setor altamente competitivo de serviços do parque tecnológico e de escritórios da área do Mercosul. O financiamento da CII ajudará essa empresa a tirar proveito das vantagens comparativas do Uruguai, tais como localização, disponibilidade de trabalhadores qualificados e infra-estrutura.

Esse projeto permitirá que empresas nacionais e estrangeiras iniciem operações no Uruguai, introduzindo modernas práticas gerenciais e tecnologia de ponta em áreas como produção de programas de computação e biotecnologia, bem como nos setores de serviços compartilhados e serviços financeiros. Esse financiamento de longo prazo resultará na criação de 1.100 empregos no parque, além de 300 empregos na fase de construção. O custo do projeto prevê um aumento do espaço de escritórios e laboratórios e investimentos em tecnologia, serviços e infra-estrutura complementares para melhorar os serviços prestados e atender à demanda criada pelo aumento da capacidade do parque.

Transações por intermédio de fundos de investimento

A CII canaliza os seus investimentos de capital basicamente por intermédio de fundos acionários privados aos quais se associa. Os objetivos da estratégia da CII em relação aos fundos são os seguintes:

- maximizar o valor agregado em pequenas e médias empresas da região trabalhando com gestores de fundos com sólida experiência prática;
- promover o fluxo de capital de longo prazo para a região e canalizar participações acionárias privadas a outros investidores institucionais; e
- minimizar o próprio risco de carteira mediante diversificação.

A partir de 1989, a CII já aprovou 28 investimentos em fundos acionários, num total de US\$166 milhões. Esses fundos representam uma capitalização agregada de US\$1,87 bilhão. A CII desembolsou um total de US\$100 milhões a 183 empresas em 19 países da região por meio de fundos de investimento.

Atualmente há 25 fundos ativos na carteira da CII, cujos compromissos totalizam US\$144 milhões. Apresenta-se, a seguir, um resumo dos projetos que receberam financiamento da CII em 2003 por intermédio dos seguintes fundos de investimento: Advent Latin America II, Aureos Central American Fund, Caribbean Basin Power Fund, CEA Latin America Communications Partners e Negocios Regionales.

Montante investido pelo fundo: US\$8,79 milhões

Participação da CII no investimento: US\$326.000

Empresa que participa da ampliação do Terminal 2 do Aeroporto da Cidade do México.

Montante investido pelo fundo: US\$5,4 milhões

Participação da CII no investimento: US\$200.000

Investimento adicional em uma empresa mexicana de informática que fornece aplicativos, serviços de integração de sistemas, consultoria e gerenciamento de dados.

Montante investido pelo fundo: US\$5,27 milhões

Participação da CII no investimento: US\$351.550

Usina de 76 megawatts movida a óleo combustível pesado na Jamaica, construída em 1995.

Montante investido pelo fundo: US\$3,35 milhões

Participação da CII no investimento: US\$520.000

Investimento em empresa mexicana de publicidade e cartazes.

Montante investido pelo fundo: US\$2 milhões

Participação da CII no investimento: US\$615.384

Empresa chilena que fabrica e distribui produtos químicos para as indústrias da mineração e construção.

Montante investido pelo fundo: US\$1,9 milhão

Participação da CII no investimento: US\$158.205

Empresa costarriquenha que processa e torra café, com uma participação de mais de 20% do mercado.

Montante investido pelo fundo: US\$1 milhão

Participação da CII no investimento: US\$115.340

Investimento adicional em empresa mexicana de telecomunicações que constrói, desenvolve, mantém e opera a infra-estrutura necessária para interconexão e serviços de telefonia, transmissão de dados, televisão a cabo e outros serviços de valor agregado.

Subempréstimos concedidos por intermediários financeiros locais

Intermediários financeiros locais, usando empréstimos recebidos da CII, podem conceder subempréstimos menores a empresas menores do que seria possível para a CII operando diretamente. Esse tipo de empréstimo tem também um considerável efeito multiplicador, pois as instituições mutuárias são obrigadas a reinvestir a receita dos subempréstimos na medida em que são pagos. Desde 1989, a CII já aprovou 87 empréstimos a intermediários financeiros locais, num total de US\$545 milhões. Esses intermediários financeiros, por sua vez, concederam subempréstimos no total de US\$678 milhões a mais de 3.729 pequenas e médias empresas da América Latina e do Caribe. Resumem-se, a seguir, os projetos que receberam financiamento da CII por meio de intermediários financeiros em 2003.

Total de subempréstimos em 2003:

1, no valor de US\$714.000

O Banco Improsa Costa Rica presta serviços relacionados ao comércio exterior. Essa instituição está usando um empréstimo de US\$6 milhões recebido da CII em 2000 para atender à demanda de empréstimos de longo prazo expressos em dólares dos Estados Unidos para pequenas e médias empresas da Costa Rica.

Total de subempréstimos em 2003:

1, no valor de US\$140.000

O Banco Popular Dominicano recebeu da CII em 2000 um empréstimo "A" de US\$10 milhões e um empréstimo "B" de US\$19 milhões. Esses recursos estão sendo usados para financiar pequenas e médias empresas dominicanas, principalmente exportadoras.

Total de subempréstimos em 2003:

36, no valor de US\$3,6 milhões

A America Leasing, do Peru, recebeu um empréstimo de US\$5 milhões em 2002. A receita do empréstimo está sendo usada para financiar pequenas e médias empresas por meio de arrendamentos financeiros de médio e longo prazo destinados a projetos de modernização e/ou expansão.

Total de subempréstimos em 2003:

1, no valor de US\$1,3 milhão

A Suleasing possui uma operação de *leasing* na Colômbia e em outros países latino-americanos. A Suleasing assinou um compromisso de empréstimo de US\$10 milhões em 2002.

Total de subempréstimos em 2003:

5, no valor de US\$2 milhões

Foi assinado em fevereiro de 2003 um contrato de empréstimo de US\$2 milhões com o Banco Interamericano de Finanzas (BIF) para financiar pequenas e médias empresas no Peru.

Total de subempréstimos em 2003:

11, no valor de US\$10 milhões

Foi concedido em julho de 2003 um empréstimo de US\$10 milhões ao Banco de Bogotá, para financiar pequenas e médias empresas na Colômbia.

*Total de subempréstimos em 2003:
aproximadamente 14, no valor de US\$7 milhões*

Foi assinado em agosto de 2003 um contrato de empréstimo de financiamento comercial no valor de US\$7 milhões com o Banco de la Producción S.A. (Produbanco). Esses recursos serão usados para financiar operações de exportação e importação e capital de giro relacionado a atividades de exportação e importação de pequenas e médias empresas do Equador. O empréstimo da CII possibilitará o financiamento de transações de US\$10.000 a US\$1 milhão, com prazo médio de 90 a 180 dias.

*Total de subempréstimos em 2003:
aproximadamente 10, no valor de US\$10 milhões*

Foi concedido um empréstimo de US\$10 milhões ao Banco del Istmo S.A em setembro de 2003 para financiar operações comerciais de pequenas e médias empresas no Panamá, em Honduras e na Costa Rica. Esse empréstimo da CII possibilitará o financiamento de operações cujo valor varia de US\$10.000 a US\$2 milhões, com prazo médio de 90 a 180 dias.

*Total de subempréstimos em 2003:
aproximadamente 50, no valor de US\$10 milhões*

O Banco Safra, do Brasil, usará esses recursos para ampliar suas atividades de financiamento de comércio exterior de pequenas e médias empresas. O contrato de empréstimo foi assinado em outubro de 2003 e prevê um valor de até US\$10 milhões. Esses recursos possibilitarão o financiamento de operações de no mínimo US\$200.000, com prazo médio de 90 a 180 dias.

Demonstrações Financeiras

Nota

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

*Balanço patrimonial***31 de dezembro 2003 e 2002 (US\$ milhares)**

	2003	2002
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa	\$ 19.110	\$ 19.859
Títulos negociáveis	65.841	57.707
Investimentos		
Investimentos em forma de empréstimo	306.314	268.827
Menos provisão para perdas	(45.264)	(45.702)
	<u>261.050</u>	<u>223.125</u>
Investimentos em forma de participação acionária	112.364	114.090
Menos provisão para perdas	(41.177)	(41.146)
	<u>71.187</u>	<u>72.944</u>
Títulos hipotecários	—	4.816
Total dos investimentos	<u>332.237</u>	<u>300.885</u>
Contas a receber e outros ativos	9.001	6.788
Total do ativo	\$ 426.189	\$ 385.239
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 6.651	\$ 17.868
Juros e comissões de compromisso a pagar	2	482
Empréstimos obtidos	80.000	85.000
Total do passivo	\$ 86.653	\$ 103.350
Capital		
Autorizado: 70.370 ações (valor nominal US\$10.000)		
Ações subscritas	696.320	691.560
Menos subscrições a receber	(307.925)	(358.635)
	<u>388.395</u>	<u>332.925</u>
Prejuízos acumulados	(48.859)	(51.036)
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 426.189	\$ 385.239

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado e lucros acumulados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares)

	2003	2002
RECEITA		
Títulos negociáveis	\$ 1.284	\$ 1.706
Investimentos em forma de empréstimo		
Juros	11.878	12.100
Comissões de compromisso	348	385
Comissões iniciais	676	983
Outras receitas de investimentos na forma de empréstimo	527	619
	<u>13.429</u>	<u>14.087</u>
Investimentos em forma de participação acionária		
Ganhos na venda de participações acionárias	886	539
Dividendos	1.561	1.165
Outras receitas de investimentos na forma de participação acionária	109	472
	<u>2.556</u>	<u>2.176</u>
Títulos hipotecários		
Juros	339	614
Ganhos (perdas) em títulos hipotecários	1.315	(1.829)
	<u>1.654</u>	<u>(1.215)</u>
Serviços de assessoria, co-financiamento e outras receitas	3.032	2.110
	<u>\$ 21.955</u>	<u>\$ 18.864</u>
DESPESAS		
Administrativas	15.461	16.012
Provisão para perdas com empréstimos e participações	(515)	44.480
Perdas (ganhos) em instrumentos derivativos	1.906	(2.524)
Empréstimos obtidos	2.926	2.012
	<u>19.778</u>	<u>59.980</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	2.177	(41.116)
PREJUÍZOS ACUMULADOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(51.036)	(9.920)
PREJUÍZOS ACUMULADOS NO FIM DO EXERCÍCIO	\$ (48.859)	\$ (51.036)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Demonstração dos fluxos de caixa***Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares)**

	2003	2002
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos (empréstimos concedidos)	\$ (97.830)	\$ (64.555)
Desembolsos (aquisição de participações acionárias)	(10.780)	(19.276)
Desembolsos (títulos hipotecários)	(2.290)	(3.921)
Pagamentos de amortização de empréstimos	57.726	55.667
Vendas de participações acionárias	3.750	2.000
Recuperação de capital investido em fundos fechados	4.202	3.972
Pagamentos de amortizações de títulos hipotecários	8.421	1.614
Produto de ativos recuperados	7.280	679
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	\$ (29.521)	\$ (23.820)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Saques de empréstimos obtidos	50.000	50.000
Pagamentos de amortização de empréstimos obtidos	(55.000)	(70.000)
Subscrições de capital	55.470	52.900
Caixa líquido originário de atividades de financiamento	\$ 50.470	\$ 32.900
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DE OPERAÇÕES		
Lucro (prejuízo) líquido	2.177	(41.116)
Títulos negociáveis		
Aquisições	(63.653)	(28.299)
Vendas, valores vencidos e liquidações	55.000	21.055
	(8.653)	7.244
Ajustes para conciliar a receita (prejuízo) líquido com o caixa líquido (aplicado em) originário das operações:		
Provisão para perdas com empréstimos e participações acionárias	(515)	44.480
Variação em contas a receber e outros créditos	(2.213)	(2.726)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	(11.217)	11.549
Variação em juros e comissões de compromisso a pagar	(480)	458
(Ganhos) perdas com títulos hipotecários	(1.315)	1.829
Perdas (ganhos) a realizar com títulos negociáveis	518	(27)
	(15.222)	55.563
Caixa líquido (aplicado em) originário das operações	(21.698)	7.203
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(749)	16.283
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.859	3.576
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	\$ 19.110	\$ 19.859
Informação complementar:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 2.426	\$ 1.377

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

Propósito

A Corporação Interamericana de Investimento (Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. A Corporação, juntamente com investidores privados, cumpre essa missão concedendo empréstimos e fazendo investimentos acionários onde não há capital privado suficiente oferecido em termos razoáveis. A Corporação exerce também a função de catalisador, mobilizando financiamento adicional para projetos junto a outros investidores e mutuantes por meio de co-financiamento ou formação de sindicatos, garantia de colocação e garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, presta serviços de consultoria financeira e técnica. A Corporação obtém seu capital social junto a seus países membros, opera exclusivamente em dólares dos Estados Unidos e limita suas atividades operacionais a seus 26 países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID), que inclui, além do próprio BID, o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin).

NOTA A — Resumo das principais políticas contábeis e conexas

As políticas de contabilidade e de divulgação de informações financeiras da Corporação se enquadram nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP).

Apresentação das demonstrações financeiras — Alguns valores do exercício anterior foram reclassificados para fins de uniformidade com a apresentação do exercício objeto do presente relatório.

Uso de estimativas — A elaboração das demonstrações financeiras conforme os US GAAP exige que a administração formule estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados da receita e da despesa no período. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. A administração exerceu em grau considerável seu próprio juízo ao determinar a adequação da dotação para perdas com empréstimos e participações acionárias, bem como o valor justo dos títulos hipotecários e de todos os derivativos. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. As mudanças na conjuntura econômica podem afetar adversamente sua situação financeira e patrimonial. Ver discussão adicional em Provisão para perdas com empréstimos e participações, adiante.

Caixa e equivalentes de caixa — Os instrumentos de investimento de alta liquidez comprados com vencimento original de três meses ou menos são considerados equivalentes de caixa.

Títulos negociáveis — Dentro de sua estratégia geral de gestão de carteira, a Corporação investe em obrigações de governos e órgãos públicos, depósitos a prazo e títulos lastreados por ativos, de acordo com suas políticas de prazo e risco de crédito. As obrigações de governos e agências abrangem títulos de renda fixa, letras e outras obrigações com ótima classificação de crédito, emitidos ou garantidos incondicionalmente por governos de países ou outras entidades oficiais, entre as quais agências governamentais. Os títulos da carteira da Corporação são classificados como negociáveis, contabilizados pelo valor de mercado, sendo as variações do valor justo e os ganhos e perdas realizados informados como receita de títulos negociáveis. As compras são registradas no ativo na data de negociação, enquanto os correspondentes juros e dividendos e a amortização de prêmios e o acréscimo de descontos são registrados como receita de títulos negociáveis.

Empréstimos e investimentos de capital — Os recursos correspondentes aos investimentos, quer em forma de empréstimo ou de participação acionária, consideram-se comprometidos na data de assinatura do respectivo contrato, e são contabilizados como ativos uma vez desembolsados. Os investimentos em forma de empréstimo são contabilizados com base na parte do principal a amortizar, ajustados pela provisão para perdas. É praxe da Corporação obter garantias, como hipotecas ou garantias de terceiros, além de outras. Os investimentos em participação acionária cujo valor de mercado não é prontamente apurável são inicialmente contabilizados ao valor de custo, que é periodicamente revisto e ajustado para compensar

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

eventuais reduções. Os investimentos em fundos de participação acionária são informados em Investimentos em Participação Acionária e demonstrados pelo último valor patrimonial líquido no fim de cada período. Por vezes, a Corporação celebra contratos com opção de venda ligados a participações acionárias. Como parte de sua política habitual de cumprimento da Exposição de Normas de Contabilidade Financeira dos Estados Unidos (SFAS) nº 133, *Contabilidade de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging*, e alterações da FAS 133 (coletivamente designadas como SFAS nº 133), a Corporação concluiu que estes contratos com opção de venda não se enquadram nos critérios de um derivativo propriamente dito, e que não é necessário um reconhecimento do valor justo no balanço geral.

Provisão para perdas com empréstimos e participações — A Corporação reconhece a redução de valor da carteira no balanço patrimonial por meio de uma reserva para perdas com empréstimos e investimentos em participações, registrando mensalmente novas provisões ou liberação de provisões para perdas com empréstimos e investimentos em participações no resultado, o que aumenta ou reduz a reserva para perdas com empréstimos e investimentos em participações acionárias. A baixa contábil de investimentos e as eventuais recuperações posteriores são registradas na conta de provisão. A provisão para perdas é mantida num nível que, a juízo da administração, é adequado para absorver as perdas estimadas na carteira de empréstimos e participações e para refletir adequadamente o risco de perda na carteira da Corporação.

A provisão para perdas com empréstimos e investimentos em participações baseia-se em estimativas de perdas prováveis já identificadas e perdas prováveis inerentes à carteira, mas não especificamente identificáveis. A apuração de perdas prováveis identificadas representa o juízo da administração sobre a classificação de crédito do tomador ou o valor da empresa investida, e é feita mediante a análise periódica dos diferentes empréstimos e investimentos em participações acionárias. O juízo da administração baseia-se na classificação de risco e no desempenho de cada investimento, no volume e diversidade da carteira da Corporação, na conjuntura econômica e em outros fatores que a administração considere significativos.

A Corporação considera um empréstimo deteriorado quando, com base em dados e ocorrências atuais, é provável que a Corporação não venha a receber todos os montantes devidos conforme os termos do contrato de empréstimo. A provisão para perdas com empréstimos deteriorados representa o juízo da administração sobre o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo. Os riscos inerentes à carteira que são considerados na determinação das perdas prováveis não identificadas são aqueles comprovados pela experiência anterior, incluindo risco sistêmico de país, risco de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento de garantia de por parte de garantidores e outras formas de co-obrigação, e falta de transparência ou declarações enganosas nas demonstrações financeiras de clientes.

Reconhecimento de receitas provenientes de empréstimos e participações — Os juros e todas as comissões, exceto taxas iniciais, são contabilizados como receitas no período em que são auferidos. As taxas iniciais e os custos adicionais diretos relativos à concessão do empréstimo e à realização dos investimentos acionários não são amortizados, pois seu valor líquido é considerado irrelevante. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento é considerada duvidosa ou quando o pagamento de juros ou do principal está atrasado há mais de 90 dias. De acordo com essa política de deixar de contabilizar juros em função de atrasos de pagamento, a Corporação pode deixar de contabilizar receitas mesmo no caso de empréstimos que não se enquadram na definição de deteriorados. Todos os juros acumulados sobre um empréstimo assim classificado são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando são recebidos e a administração concluir que o mutuário demonstrou capacidade de efetuar pagamentos periódicos dos juros e do principal. Os juros não anteriormente reconhecidos mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida são contabilizados como receita diferida e creditados como receita somente quando é recebido o correspondente principal. Tais juros capitalizados são levados em conta no cálculo da provisão para perdas com empréstimos no balanço patrimonial.

Os dividendos e participações nos lucros são registrados como receita quando recebidos. Os ganhos de capital na venda ou resgate de investimentos acionários são registrados como receita quando recebidos. Alguns investimentos acionários, cuja recuperação do capital investido é incerta, são contabilizados pelo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

método da recuperação de custos, de tal modo que os recursos recebidos são imputados primeiramente à recuperação do capital investido e posteriormente a ganhos de capital.

Investimento em títulos hipotecários — Os investimentos em títulos hipotecários são classificados como negociáveis e contabilizados ao valor justo, de acordo com a SFAS nº 115, *Contabilidade de Alguns Instrumentos de Títulos de Dívida e Valores Mobiliários*. As mudanças do valor justo e ganhos e perdas a realizar são informados como receita a realizar de títulos hipotecários.

Garantias — No exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Corporação começou a oferecer garantias de crédito parciais a obrigações de terceiros por empréstimos, no sistema de divisão de riscos. Os termos das garantias determinam que a Corporação concorda em assumir a responsabilidade pelas obrigações financeiras de um terceiro na hipótese de inadimplência (i.e. não pagamento no vencimento) desse terceiro. As garantias são consideradas emitidas quando a Corporação se compromete em emití-las. Essa data é também a data de “entrada em vigor” do contrato de garantia. As garantias são consideradas em aberto quando a correspondente obrigação financeira do terceiro é incorrida, e pagáveis quando é exigido o cumprimento da obrigação da Corporação de acordo com a garantia. As garantias envolvem duas responsabilidades: (1) a obrigação de prontidão para honrar o compromisso e (2) o passivo contingente. A obrigação de prontidão para honrar o compromisso é reconhecida na data do compromisso, a menos que um passivo contingente exista nessa ocasião ou que se preveja sua existência a curto prazo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando é provável que a garantia virá a ser exigida e quando o valor da garantia puder ser estimado com precisão razoável. Todos os passivos referentes a garantias são incluídos em contas a pagar e outras obrigações, e as contas a receber são incluídas em outros ativos no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como novo empréstimo, sendo constituídas provisões específicas, com base na estimativa de provável prejuízo. Essas reservas são incluídas na provisão para perdas no balanço patrimonial. As taxas de garantia são registradas na demonstração do resultado no regime de competência. Ver o valor das garantias em aberto na Nota H.

Gestão de risco e instrumentos derivativos — A Corporação realiza operações com diversos instrumentos derivativos para fins de gerenciamento de risco. O objetivo é minimizar os riscos cambiais e de taxa de juros incorridos pela Corporação no tocante a determinados investimentos. Como parte de sua política habitual de cumprimento da SFAS nº 133, a Corporação utiliza modelos internos para apurar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Constantemente, a Corporação revisa esses modelos e redefine suas especificações com o intuito de refinar suas estimativas, de acordo com a evolução das melhores práticas do mercado. As mudanças das estimativas em decorrência de refinamento das premissas e metodologias adotadas nos modelos são demonstradas no lucro líquido do período em que os modelos aprimorados são usados pela primeira vez. De acordo com a SFAS nº 133, *Contabilidade de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging*, com as respectivas alterações, a Corporação reajusta esses derivativos ao preço de mercado, registrando-os como ativo e/ou passivo na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas a realizar são contabilizados na demonstração do resultado. Não havia instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2003. Ver Nota C.

Mobilização de recursos — A Corporação mobiliza fundos de bancos comerciais e outras instituições financeiras (Participantes) ao facilitar participações em empréstimos, sem direito de regresso. Tais participações são administradas e processadas pela Corporação em nome dos Participantes. Os saldos desembolsados e a amortizar dos Participantes do empréstimo não são incluídos no balanço patrimonial da Corporação.

Ativo fixo — O ativo fixo da Corporação é depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos. Os custos referentes ao desenvolvimento de software para uso interno são capitalizados e amortizados ao longo da vida útil do software.

Valor justo dos instrumentos financeiros — A SFAS nº 107, *Divulgação do Valor Justo de Instrumentos Financeiros*, determina que as entidades divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros, sejam ou não tais valores demonstrados no balanço patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

Como não é viável estimar o valor justo de muitos dos instrumentos financeiros da Corporação, esta, de conformidade com a SFAS nº 107, fornece outras informações relativas à estimativa do valor justo, tais como o valor contábil, a taxa de juros e o prazo de vencimento.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração usou os métodos e premissas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa: O montante contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Títulos negociáveis: O valor justo dos títulos negociáveis baseia-se nos preços cotados no mercado. Ver Nota B.

Investimentos na forma de empréstimo: A Corporação fornece financiamento sob medida a empresas de pequeno e médio porte que operam em países membros em desenvolvimento. Para esse tipo de empréstimo, não existe um mercado secundário comparável. Com relação à maioria dos empréstimos e correspondentes compromissos, a administração considera que, devido à natureza singular das operações de crédito da Corporação e à falta de um mercado secundário consolidado, é inviável, no momento, estimar o valor justo da carteira de empréstimos. Ver Nota C.

Investimentos em forma de participação: A Corporação compra participações no capital social de pequenas e médias empresas privadas da América Latina e do Caribe. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado nem são viáveis outros métodos de avaliação. Ver Nota C.

Títulos hipotecários: Na falta de preços cotados de mercado e de um mercado ativo, o valor justo de títulos hipotecários baseia-se em estimativas significativas feitas pela administração. Ver Nota C.

Empréstimos obtidos: O valor justo estimativo dos empréstimos a juros fixos figura na Nota F.

Novas normas de contabilidade e divulgação de informações financeiras — No exercício findo em 31 de dezembro de 2002, a Junta de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) emitiu diversas novas normas contábeis: SFAS nº 144, *Contabilidade da Deterioração ou Alienação de Ativos de Vida Longa*; SFAS nº 145, *Revogação das Normas FASB nº 4, 44 e 64, Alteração da Exposição FASB nº 13 e Correções Técnicas*, SFAS nº 146, *Contabilidade de Custos Relativos a Atividades de Saída ou Alienação*; e SFAS nº 147, *Aquisições de Determinadas Instituições Financeiras — alteração das Exposições FASB nº 72 e 144 e Interpretação FASB nº 9*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a FASB emitiu a SFAS nº 148, *Contabilidade de Remuneração Baseada em Ações — Transição e Divulgação*, uma alteração da FAS nº 123, a SFAS nº 149, *Alteração da Exposição 133 sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging* e a SFAS nº 150, *Contabilidade de Determinados Instrumentos Financeiros com Características Simultâneas de Passivo e Capital*. A adoção dessas normas contábeis não deve ter efeito relevante sobre a Corporação.

Em novembro de 2002 a FASB emitiu a Interpretação FASB nº 45 (FIN 45), *Exigências de Contabilidade e Divulgação de Garantias, Inclusive Garantias Indiretas de Dívida de Terceiros — interpretação das Exposições FASB nº 5, 57 e 107 e revogação da Interpretação FASB nº 34*. A FIN 45 exige que, quando da emissão de uma garantia, o garantidor reconheça um passivo correspondente ao valor justo da obrigação que assume no âmbito daquela garantia. As disposições sobre divulgação da FIN 45 entram em vigor para demonstrações financeiras intercalares ou anuais de períodos findos a partir de 15 de dezembro de 2002. As disposições sobre reconhecimento e medição iniciais têm vigência prospectiva para garantias emitidas ou modificadas após 31 de dezembro de 2002, independentemente do fim do exercício do garantidor. A Corporação emitiu um pequeno número de garantias no exercício findo em 31 de dezembro de 2003, e a adoção da FIN 45 não teve efeito relevante para a Corporação. As divulgações referentes a garantias, inclusive aquelas exigidas pela FIN 45, foram feitas na Nota H.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

Em 17 de janeiro de 2003 a FASB emitiu a Interpretação FASB nº 46 (FIN 46), *Consolidação de Entidades de Participações Variáveis — interpretação da ARB nº 51* (FIN 46). A FIN 46 entra em vigor imediatamente para todas as entidades com participações variáveis em entidades de participações variáveis criadas após 31 de janeiro de 2003; no caso da Corporação, a FIN 46 tem validade a partir de 31 de dezembro de 2003 para participações variáveis em uma entidade de participações variáveis criada antes de 1º de fevereiro de 2003. A adoção da FIN 46 não terá nenhum impacto relevante para a Corporação.

NOTA B — Títulos negociáveis

Composição dos títulos variáveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares):

	2003	2002
Obrigações do governo e órgãos públicos	\$ 42.383	\$ 30.634
Títulos lastreados por ativos	17.255	22.265
Títulos de empresas	6.203	4.808
	\$ 65.841	\$ 57.707

Composição da receita líquida de títulos negociáveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares):

	2003	2002
Receita financeira	\$ 1.802	\$ 1.592
Ganho (perda) a realizar	(423)	27
Ganho (perda) realizado	(95)	87
	\$ 1.284	\$ 1.706

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

NOTA C — Investimentos em forma de empréstimo e de participação

A Corporação monitora suas carteiras ativas de empréstimos e investimentos acionários no tocante à concentração geográfica do risco de crédito. A maior exposição isolada da Corporação é denominada Regional e compreende primordialmente fundos de investimento em ações privadas de diversos países. Em 31 de dezembro de 2003, os países que apresentavam o maior risco de crédito agregado para a Corporação eram Chile, Brasil e Argentina (exercício findo em 31 de dezembro de 2002 — Argentina, Chile e Brasil).

A distribuição da carteira ativa de empréstimos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, por país e por setor, é a seguinte (US\$ milhares):

	2003			2002		
	Empréstimos	Participações	Total	Empréstimos	Participações	Total
Regional	\$ 7.821	\$ 72.900	\$ 80.721	\$ 4.276	\$ 70.131	\$ 74.407
Chile	31.608	14.967	46.575	21.178	15.810	36.988
Brasil	30.414	7.909	38.323	24.567	9.163	33.730
Argentina	34.249	2.000	36.249	39.931	2.000	41.931
México	24.485	10.945	35.430	17.338	12.371	29.709
Peru	23.879	—	23.879	15.946	—	15.946
Colombia	21.667	1.714	23.381	12.000	2.571	14.571
Panamá	19.557	—	19.557	10.229	—	10.229
Costa Rica	17.466	—	17.466	17.530	—	17.530
Ecuador	17.257	—	17.257	5.760	—	5.760
Venezuela	16.403	—	16.403	16.068	—	16.068
Nicarágua	14.274	400	14.674	14.354	400	14.754
Honduras	12.299	—	12.299	14.252	—	14.252
República Dominicana	6.643	—	6.643	15.414	—	15.414
Uruguai	5.693	931	6.624	5.779	1.046	6.825
Guatemala	6.566	—	6.566	9.253	—	9.253
Paraguai	5.960	—	5.960	7.863	—	7.863
Bolívia	5.876	—	5.876	13.203	—	13.203
Trinidad e Tobago	1.817	598	2.415	2.646	598	3.244
El Salvador	1.300	—	1.300	—	—	—
Belize	1.000	—	1.000	1.000	—	1.000
Bahamas	80	—	80	240	—	240
TOTAL	\$ 306.314	\$ 112.364	\$ 418.678	\$ 268.827	\$ 114.090	\$ 382.917
Serviços Financeiros	\$ 131.240	\$ 23.278	\$ 154.518	\$ 111.295	\$ 21.229	\$ 132.524
Fundos Capital de Risco	—	86.686	86.686	—	86.711	86.711
Agricultura e Agronegócio	33.932	2.000	35.932	19.390	2.000	21.390
Piscicultura e Pesca	20.417	400	20.817	20.196	4.150	24.346
Serv. Públ. e Infra-estrutura	20.050	—	20.050	19.535	—	19.535
Transporte e Armazenamento	14.896	—	14.896	14.952	—	14.952
Tourismo e Hotéis	12.646	—	12.646	10.501	—	10.501
Fabricação em geral	12.644	—	12.644	11.197	—	11.197
Madeira, Papel e Celulose	11.500	—	11.500	10.167	—	10.167
Educação	10.300	—	10.300	1.000	—	1.000
Químicos e Plásticos	8.476	—	8.476	13.162	—	13.162
Serv. Não Financeiros	7.051	—	7.051	7.390	—	7.390
Alimentos e Bebidas	6.743	—	6.743	9.181	—	9.181
Zonas Proc. Industrial	6.190	—	6.190	7.557	—	7.557
Saúde	5.140	—	5.140	5.140	—	5.140
Têxteis, Vestuário e Couro	3.130	—	3.130	4.522	—	4.522
Tecnologia, Com e Nova Economia	2.000	—	2.000	3.143	—	3.143
Merc. Capital	485	—	485	499	—	499
TOTAL	\$ 306.314	\$ 112.364	\$ 418.678	\$ 268.827	\$ 114.090	\$ 382.917

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

Resumem-se a seguir os empréstimos e participações acionárias aprovados pela Diretoria Executiva mas ainda não comprometidos, bem como os compromissos de empréstimos e participações assinados mas ainda não desembolsados em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (excluindo os cancelamentos) (US\$ milhares):

	2003	2002
<i>Investimentos aprovados mas não comprometidos</i>		
Empréstimos	\$ 95.175	\$ 65.555
Participações	—	9.000
TOTAL	\$ 95.175	\$ 74.555
<i>Investimentos comprometidos mas não totalmente desembolsados</i>		
Empréstimos	\$ 68.358	\$ 80.924
Participações	35.176	35.449
Títulos Hipotecários	25.000	13.570
TOTAL	\$ 128.534	\$ 129.943

As taxas de juros aplicadas aos empréstimos concedidos pela Corporação baseiam-se nas taxas de juros oferecidas no mercado interbancário de Londres (LIBOR) para um, três e seis meses, acrescidas de uma margem que varia de 2,50% a 6,00%. Em 31 de dezembro de 2003, a média das taxas LIBOR para um, três e seis meses era de respectivamente 1,12%, 1,15% e 1,22%, (31 de dezembro de 2002 — respectivamente 1,77%, 1,79% e 1,88%).

O cronograma de vencimentos dos investimentos na forma de empréstimos da Corporação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 é apresentado a seguir (em milhares de dólares):

	2003		2002	
	Principal a amortizar	Margem média acima da LIBOR	Principal a amortizar	Margem média acima da LIBOR
Até um ano	\$ 63.097	3,40%	\$ 58.019	3,64%
De um a cinco anos	212.204	3,59%	169.853	3,72%
De cinco a dez anos	31.013	3,75%	40.955	3,83%
	\$ 306.314		\$ 268.827	

Os empréstimos sobre os quais a acumulação de juros foi interrompida totalizaram US\$51.820.000 em 31 de dezembro de 2003 (31 de dezembro de 2002 — US\$62.434.000). A receita de juros não reconhecida sobre empréstimos que deixaram de render juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 totalizou US\$2.651.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$3.162.000). Os juros cobrados sobre empréstimos sobre os quais se deixou de contabilizar juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 foram de US\$920.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$1.271.000).

O investimento da Corporação em empréstimos duvidosos montou a US\$44.485.000 em 31 de dezembro de 2003 (31 de dezembro de 2002 — US\$46.199.000). O investimento médio registrado em empréstimos deteriorados no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 foi de US\$44.842.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$34.164.000).

Resumem-se a seguir as variações da provisão para perdas com empréstimos e participações acionárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares):

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

	2003			2002		
	Empréstimo	Capital	Total	Empréstimo	Capital	Total
Saldo no início do exercício	\$ 45.702	\$ 41.146	\$ 86.848	\$ 30.421	\$ 27.032	\$ 57.453
Investimentos baixados	(2.620)	(4.553)	(7.173)	(15.478)	(286)	(15.764)
Recuperações	7.056	225	7.281	679	—	679
Provisão para perdas	(4.874)	4.359	(515)	30.080	14.400	44.480
Saldo no fim do exercício	\$ 45.264	\$ 41.177	\$ 86.441	\$ 45.702	\$ 41.146	\$ 86.848

Em 31 de dezembro de 2003, a Corporação detinha participações limitadas em alguns fundos fechados de investimento de capital, no total de US\$19.940.000. Informações sobre esses investimentos, inclusive seu valor patrimonial líquido, não foram fornecidas em tempo hábil pelo gestor do fundo, a despeito dos esforços despendidos pela administração nesse sentido. A administração usou seu discernimento para dimensionar as perdas sofridas com essas participações, baseando-se para tanto em dados limitados, e estimou alocações específicas, para essas participações, da provisão para perdas em 31 de dezembro de 2003. A administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2003, poderá ser necessário um ajuste da provisão para perdas de até 10%, para mais ou para menos, da base de custo desse investimento. A dimensão do prejuízo sofrido e a adequação da provisão serão reavaliadas quando do recebimento de informações atualizadas sobre essas participações em fundos de capitais, podendo resultar em diferenças em relação às estimativas da administração em 31 de dezembro de 2003.

Em 2002, a conjuntura econômica da região levou ao reconhecimento de um nível de risco mais alto e do aumento das correspondentes provisões para perdas na carteira da Corporação.

Em 2000 a Corporação efetuou um investimento em títulos de cobrança referente a pagamentos mínimos conforme contratos de arrendamento financeiro e classificado como investimentos em forma de empréstimo. Em 31 de dezembro de 2003, o valor presente líquido desse investimento totalizou US\$2.133.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$4.274.000), incluindo pagamentos brutos a receber de US\$2.334.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$4.737.000) com juros não auferidos de US\$201.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$440.000). No exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Corporação reconheceu US\$62.000 como receita financeira referente a esses arrendamentos (31 de dezembro de 2002 — US\$246.000). Os pagamentos a título de arrendamento financeiro a receber nos próximos cinco anos são os seguintes (US\$ milhares):

	2004	2005	2006	2007	2008
Reembolso do principal	\$ 912	\$ 595	\$ 315	\$ 266	\$ 45
Receita financeira	106	50	25	10	10
Pagamentos mínimos de arrendamento a receber	\$ 1.018	\$ 645	\$ 340	\$ 276	\$ 55

Em 2001, a Corporação passou a investir em alguns títulos hipotecários. De acordo com a SFAS nº115, *Contabilidade de Alguns Investimentos em Títulos de Dívida e Valores Mobiliários*, a Corporação classificou esses títulos hipotecários como investimentos negociáveis, contabilizando-os pelo valor justo estimado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Corporação vendeu todos os seus investimentos em títulos hipotecários e registrou um ganho de US\$1.315.000. O valor justo estimado dos títulos hipotecários em 31 de dezembro de 2002 era de US\$4.816.000, com relação aos quais a Corporação registrou uma perda de US\$1.829.000 demonstrada como Ganho (Perda) com títulos hipotecários. A Corporação também investiu em instrumentos financeiros derivativos relacionados a esses títulos hipotecários, com vistas a minimizar a variabilidade dos pagamentos do principal e dos juros, em função do risco de juros e câmbio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Corporação deixou de operar com esses instrumentos financeiros derivativos, efetuando a venda dos correspondentes investimentos em títulos hipotecários e registrou uma

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

perda de US\$1.906.000. Em 31 de dezembro de 2002, a Corporação registrou para o derivativo um valor justo estimado de US\$1.906.000, demonstrado em Contas a receber e outros ativos. Um ganho de US\$2.524.000 referente ao derivativo é demonstrado em 31 de dezembro de 2002. Não havendo dados pertinentes de mercado nem mercado ativo, a administração usou algumas estimativas e premissas para avaliar esses títulos hipotecários e correspondentes instrumentos derivativos, validadas somente na venda dos instrumentos. Essas premissas e estimativas abrangem risco de crédito, pagamento, taxas de câmbio, taxas de inflação e riscos de contraparte. Mudanças nessas premissas podem afetar o valor justo dos títulos hipotecários e correspondentes instrumentos derivativos.

NOTA D — Contas a receber e outros créditos

As contas a receber e outros créditos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 estão resumidos a seguir (US\$ milhares):

	2003	2002
Receita de títulos negociáveis	\$ 620	\$ 648
Receita de investimentos na forma de empréstimo	1.764	1.818
Dividendos de investimentos na forma de participação acionária	—	26
Derivativos ativos	—	1.906
Líquido a receber das vendas de participação acionária	4.034	695
Ativos recuperados	620	620
Outras despesas pré-pagas referentes a benefícios a aposentados	380	—
Outros	1.102	711
Ativos fixos, líquidos	480	364
Total de contas a receber e outros ativos	\$ 9.001	\$ 6.788

É facultada à Corporação celebrar um contrato para a venda de sua participação em determinados investimentos acionários e registrar uma nota a receber e correspondente ganho, incluídos em ganho na venda de participações acionárias. Os valores a receber pelas vendas de participações, líquidos das correspondentes reservas de avaliação, estão resumidos a seguir com referência a 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares):

Ano	Preço venda	Ganho	Nota a receber, líquida	
			31/12/2003	31/12/2002
2002	\$ 2.390	\$ 390	\$ 249	\$ 695
2003	5.266	708	3.785	—
			\$ 4.034	\$ 695

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

NOTA E — Contas a pagar e outras obrigações

As contas a pagar e outras obrigações em 31 de dezembro de 2003 e 2002 estão resumidas a seguir (US\$ milhares):

	2003	2002
Contas a pagar	\$ 811	\$ 690
Devido ao BID	—	1.271
Corretagens devidas por títulos negociáveis	—	11.164
Salários e benefícios a pagar	2.245	2.304
Receita diferida	1.219	428
Subscrição de capital residual	264	341
Parcelas de pagamento de alienação de participações	1.383	1.383
Outras obrigações	728	287
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 6.651	\$ 17.868

A Corporação assina contratos com patrocinadores de investimentos acionários para se desfazer das próprias posições com relação a tais investimentos. Esses contratos envolvem pagamentos em parcelas efetuados à Corporação, ao fim dos quais a posição da Corporação é transferida ao patrocinador do investimento acionário. O pagamento de parcelas demonstrado em contas a pagar e outras obrigações montou a \$1.383.000 em 31 de dezembro de 2003 (31 de dezembro de 2002 — US\$1.383.000).

NOTA F — Empréstimos obtidos

Os empréstimos a amortizar da Corporação compreendem linhas de crédito a prazo e rotativo junto à Caja Madrid e ao Shinkin Central Bank. Os empréstimos obtidos mediante as linhas de crédito rotativo têm vencimento em um, três ou seis meses após o desembolso e são renováveis. Os empréstimos relativos à linha a juros fixos da Caja Madrid vencem em janeiro de 2011 com pagamento trimestral de juros. Os empréstimos dentro da linha de crédito do Shinkin Central Bank são pagáveis no vencimento. Em 2001 a Corporação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento renovaram um contrato de empréstimo que permite à Corporação tomar emprestado um montante não superior a US\$300 milhões até novembro de 2005.

Os saldos a amortizar das linhas de crédito e correspondentes empréstimos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 são os seguintes (US\$ milhares):

Contratos de crédito	2003		2002	
	Linha	A amortizar	Linha	A amortizar
Caja, vencido em março de 2003	\$ —	\$ —	\$ 50.000	\$ —
Mizuho, vencido em junho de 2003	—	—	100.000	5.000
BID, a vencer em novembro de 2005	300.000	—	300.000	—
Caja, a vencer em março de 2006	100.000	—	100.000	50.000
Shinkin, a vencer em dezembro de 2009	30.000	30.000	30.000	30.000
Caja, a vencer em janeiro de 2011	50.000	50.000	—	—
	\$ 80.000		\$ 85.000	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

Os juros são calculados a taxas variáveis com base na taxa LIBOR para um, três e seis meses, e fixados na data de entrada em vigor de cada empréstimo ou na data de nova fixação de juros. A taxa de juros referente à linha a prazo da Caja foi fixada no desembolso e permanecerá fixa até o vencimento. O valor justo estimado da linha da Caja a prazo com juros fixos é de US\$51.000.000 em 31 de dezembro de 2003. A média ponderada do custo dos empréstimos da Corporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 foi de 3,25% (31 de dezembro de 2002 — 1,97%). A Corporação paga também uma comissão de compromisso que varia de 0,05% a 0,10% sobre a linha de crédito disponível não utilizada. O total das comissões de compromisso pagas sobre todas as linhas no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 montou a US\$122.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$80.000).

NOTA G — Capital

O capital social autorizado da Corporação foi aumentado para US\$703,7 milhões, mediante uma resolução aprovada em 1999, que determinou um aumento de capital autorizado de US\$500 milhões. A resolução alocou US\$500 milhões para subscrição pelos países membros durante o prazo de subscrição. Em 22 de março de 2000 foi atingido o número mínimo de subscrições necessário para efetivar a resolução de aumento de capital. Os países membros concordaram em pagar suas subscrições em oito parcelas iguais, a última delas pagável em 31 de outubro de 2007. A Corporação emite apenas ações integrais. Os pagamentos antecipados ou fracionários são acumulados e as respectivas ações serão emitidas de acordo com o seguinte plano de parcelas.

A tabela a seguir mostra o capital subscrito, as subscrições de capital a receber e as ações fracionárias ou antecipadas pendentes de emissão em 31 de dezembro de 2003 e 2002:

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

	TOTAL		Subscrições a receber de membros	Pagamentos recebidos por conta de subscrições a pagar
	Capital social subscrito			
	Ações	Valor		
	Milhares de US\$			US\$
Alemanha	1.334	13.340	3.540	—
Argentina	7.767	\$ 77.670	\$ 54.400	\$ —
Áustria	345	3.450	1.230	5.000
Bahamas	93	930	—	5.000
Barbados	101	1.010	450	6.250
Bélgica	169	1.690	830	9.786
Belize	101	1.010	360	5.000
Bolívia	624	6.240	2.190	5.000
Brasil	7.767	77.670	40.800	—
Chile	2.003	20.030	6.570	5.000
Colômbia	2.003	20.030	9.850	2.500
Costa Rica	94	940	—	—
Dinamarca	1.071	10.710	3.810	4.985
Equador	420	4.200	2.940	—
El Salvador	94	940	—	—
Espanha	2.393	23.930	8.840	40.000
Estados Unidos	17.600	176.000	65.780	5.000
Finlândia	393	3.930	1.910	2.640
França	2.162	21.620	7.680	—
Guatemala	420	4.200	1.470	—
Guiana	120	1.200	420	—
Haiti	94	940	—	—
Honduras	314	3.140	1.100	—
Israel	173	1.730	620	5.000
Itália	2.162	21.620	15.360	—
Jamaica	420	4.200	2.940	—
Japão	2.393	23.930	8.840	5.000
México	5.000	50.000	17.510	125.000
Nicarágua	314	3.140	2.200	—
Noruega	393	3.930	1.910	2.615
Países Baixos	1.071	10.710	3.810	5.000
Panamá	314	3.140	1.380	5.000
Paraguai	314	3.140	2.200	—
Peru	2.003	20.030	7.920	—
Portugal	182	1.820	890	6.694
República Dominicana	435	4.350	1.620	—
Suécia	393	3.930	1.910	2.640
Suíça	1.071	10.710	4.760	3.750
Suriname	30	300	225	—
Trinidad e Tobago	314	3.140	1.100	—
Uruguai	857	8.570	3.190	—
Venezuela	4.311	43.110	15.370	7.141
Total 2003	69.632	\$ 696.320	\$ 307.925	\$ 264.001
Total 2002	69.156	\$ 691.560	\$ 358.635	\$ 340.625

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

NOTA H — Compromissos e contingências

Em 2003, a Corporação realizou uma operação para fornecer garantias financeiras a curto prazo, que são registradas de acordo com a Interpretação da FIN nº 45, *Contabilidade do Garantidor e Exigências de Divulgação de Garantias, Inclusive Garantias Indiretas de Dívida de Terceiros*. A Corporação está pronta para cumprir suas obrigações assim que uma garantia é registrada; compensando a parte garantida por ocasião de aviso de inadimplência, e busca obter recuperação, se houver, dos valores não pagos. Em 31 de dezembro de 2003, não havia sido recebido nenhum aviso de inadimplência e a exposição máxima referente a todos os montantes garantidos era de US\$14.000.

NOTA I — Participações

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e outras instituições financeiras (Participantes) mediante participação em empréstimos. Esses empréstimos são vendidos pela Corporação, sem direito de regresso, aos Participantes. As participações são administradas e processadas pela Corporação em nome dos Participantes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2003, os recursos disponibilizados pelos Participantes e desembolsados pela Corporação totalizaram US\$1.391.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$5.214.000). Os recursos disponibilizados pelos Participantes e não desembolsados montaram a US\$154.400 em 31 de dezembro de 2003 (31 de dezembro de 2002 — US\$6.546.000).

NOTA J — Transações com partes relacionadas

A Corporação recebe do BID alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que o Banco pode prestá-los a ambas as instituições de modo eficiente. Entre a Corporação e o BID há também um contrato relativo ao aluguel de escritórios, que venceu em 2002. A Corporação deu início à mudança das instalações atuais do BID em 2003, processo esse que será concluído em 2004.

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID a título de utilização de escritório e outros serviços de apoio administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares):

	2003	2002
Utilização de escritórios	\$ 1.187	\$ 1.116
Serviços de apoio	551	448
	\$ 1.738	\$ 1.564

As contas a receber do BID totalizaram US\$133.000 em 31 de dezembro de 2003 (contas a pagar ao BID em 31 de dezembro de 2002 — US\$1.271.000).

Em 2003 e 2002 não havia montantes pendentes com o BID no âmbito do contrato de empréstimo em vigor. Ver Nota F.

A Corporação assinou contratos para prestação serviços de assessoria ao BID, pelos quais recebeu honorários de US\$300.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 (31 de dezembro de 2002 — US\$300.000).

NOTA K — Plano de aposentadoria

O BID patrocina um plano de aposentadoria de benefícios definidos (Plano de Aposentadoria) que cobre praticamente todo o pessoal da Corporação e do BID. Nesse Plano, os benefícios se baseiam nos anos de serviço e na remuneração média. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, determinado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Aposentadoria. A contribuição total baseia-se no método agregado de financiamento. Todas as contribuições ao Plano de Aposentadoria e todos os demais ativos e receitas destinados ao Plano de Aposentadoria são reunidos em contas separadas dos outros ativos e receitas da Corporação e do BID e só podem ser usados em benefício dos participantes do Plano de Aposentadoria e seus beneficiários, até

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

que todas as obrigações para com eles sejam pagas ou provisionadas. Não são mantidas informações sobre as obrigações relativas a benefícios acumulados e correspondentes ativos atribuídos à Corporação. O gasto total líquido a cargo da Corporação referente ao Plano de Aposentadoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 foi de US\$452.000 (31 de dezembro de 2002 — US\$841.000).

NOTA L — Outros benefícios a aposentados

Além das pensões, a Corporação proporciona assistência médica e outros benefícios aos aposentados. Todos os funcionários atuais que participam do Plano de Aposentadoria e que satisfazem determinados requisitos têm direito a esses benefícios ao se aposentarem.

A Corporação contribui anualmente para o Plano de Benefícios Posteriores à Aposentadoria do BID (Plano) num montante correspondente à despesa apurada atuarialmente. A parcela do total de ativos do Plano que cabe à Corporação é calculada proporcionalmente ao Plano com base no custo de financiamento da Corporação e na taxa de retorno dos ativos, deduzidos todos os pagamentos de benefícios de aposentadoria a funcionários. A contribuição da Corporação ao plano foi de US\$961.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 (31 de dezembro de 2002 — US\$382.000). Está previsto que as futuras contribuições para financiamento do Plano sejam equivalentes ao custo atuarial anual.

A tabela a seguir mostra a conciliação das variações das obrigações de benefício do Plano e o valor justo de seus ativos e sua situação de custeio em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares):

	2003	2002
<i>Conciliação da obrigação de benefícios</i>		
Obrigação em 1º de janeiro	\$ 8.557	\$ 7.403
Custo de serviços	775	769
Custo de juros	518	426
Ganho atuarial	(556)	(41)
Custo das alterações ao Plano	374	—
Obrigação em 31 de dezembro	9.668	8.557
<i>Conciliação do valor justo dos ativos do Plano</i>		
Valor justo dos ativos do Plano em 1º de janeiro	7.247	7.713
Retorno efetivo dos ativos do Plano	1.897	(848)
Contribuições do empregador	961	382
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro	10.105	7.247
<i>Custeio</i>		
Situação de custeio em 31 de dezembro	437	(1.310)
Obrigação de transição a reconhecer	1.923	2.098
Ganho a reconhecer	(2.354)	(788)
Custo não reconhecido de serviços anteriores	374	—
Outros ativos pré-pagos referentes a benefícios a aposentados	\$ 380	\$ —
<i>Conciliação do custo acumulado dos benefícios pagos</i>		
Custo pago no ano anterior	—	112
Custo das pensões	(581)	(494)
Contribuição real	961	382
Custo pago no fim do ano	\$ 380	\$ —

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 e 2002

Os ganhos e perdas atuariais superiores a 10% do que for maior entre a obrigação de benefícios ou o valor de mercado dos ativos do plano são amortizados ao longo da vida remanescente média dos participantes do plano, de aproximadamente 10,8 anos. As obrigações de transição líquidas a reconhecer também são amortizadas ao longo de 10,8 anos.

São as seguintes as premissas atuariais ponderadas levadas em conta no cálculo da obrigação de benefício:

	2003	2002
<i>Premissa média para calcular a obrigação de benefício em 31 de dezembro</i>		
Taxa de desconto	5,75%	6,25%
<i>Premissa média para calcular o custo líquido periódico para os exercícios findos em 31 de dezembro</i>		
Taxa de desconto	6,25%	5,25%
Rendimento previsto dos ativos do Plano	7,25%	7,25%

A obrigação acumulada de benefícios de aposentadoria foi apurada usando taxas previstas de aumento anual de custos de serviços de saúde de 8,75% para serviços médicos, 14,75% para medicamentos vendidos sob receita médica e 7,25% para serviços odontológicos, para os participantes que se supõe venham a permanecer nos Estados Unidos uma vez aposentados. Pressupôs-se que essas taxas diminuirão gradualmente até atingir 4,75% a partir de 2013. Quanto aos participantes que se supõe venham a residir fora dos Estados Unidos após a aposentadoria, foi adotada a hipótese de taxa de tendência de custo de saúde de assistência médica de 8,75%.

O custo periódico líquido dos benefícios tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (US\$ milhares):

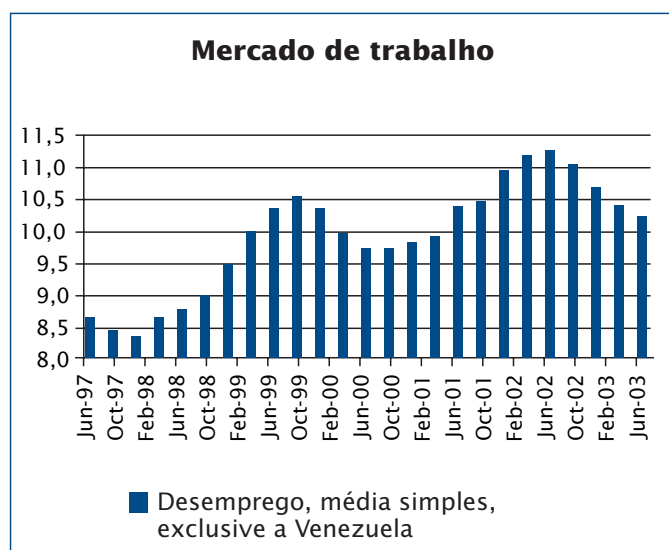
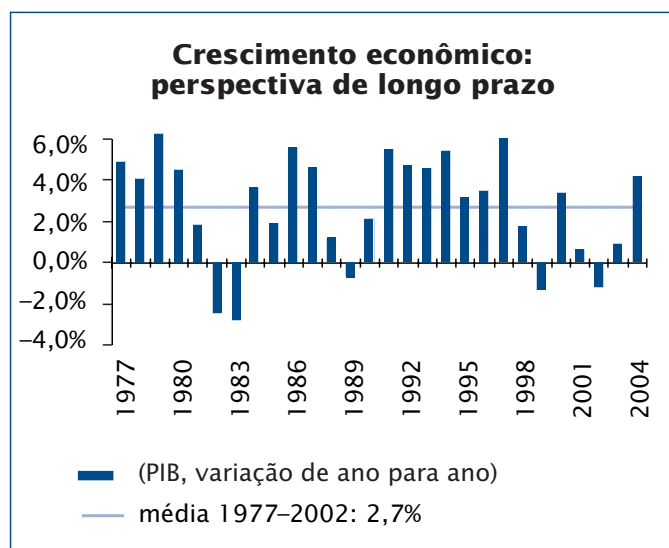
	2003	2002
Custo de serviços	\$ 775	\$ 769
Custo dos juros	518	427
Menos: Retorno esperado dos ativos do Plano	174	(622)
Amortização de ganho e obrigação de transição a reconhecer	(687)	174
Amortização de (ganho) perda não reconhecida	(200)	(253)
Custo líquido periódico dos benefícios	\$ 580	\$ 495

As taxas previstas de tendência de aumento dos custos dos serviços de saúde afetam de modo significativo os montantes contabilizados na rubrica de planos de assistência médica. Uma variação de um ponto percentual nas taxas previstas de tendência de custo de serviços de assistência médica teria os seguintes efeitos (US\$ milhares):

	Aumento de um ponto percentual		Diminuição de um Ponto percentual	
	2003	2002	2003	2002
Efeito sobre o total de componentes de custo de serviços e juros	\$ 267	\$ 232	\$ (217)	\$ (188)
Efeito sobre a obrigação de benefícios de aposentadoria	1.760	1.445	(1.427)	(1.172)

Apêndices

A América Latina e o Caribe em 2003: Perspectiva Econômica¹



As economias da América Latina e do Caribe, em geral, cresceram em 1,5%, recuperando-se, embora moderadamente, da contração de 0,4% registrada no ano anterior. Este resultado é considerado parte de uma recuperação incipiente com potencial de aceleração do ritmo de crescimento em 2004, projetando-se uma taxa anualizada de expansão de 3,5%. Segundo as projeções da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, prevê-se que 2004 seja o primeiro ano desde 1997 em que todas as economias dos países da região registrem taxas de crescimento positivas. Como tal, este desempenho é visto no contexto de uma economia mundial em expansão, proporcionando assim melhores perspectivas do que em anos anteriores. No entanto, o crescimento da região não conseguirá o impulso necessário para reverter de forma decisiva o prolongado estancamento das receitas per capita, permanecendo ainda 1,5% abaixo da taxa registrada em 1997.

Políticas fiscais e monetárias prudentes são algumas das bases-chave da gestão macroeconômica necessárias para promover o crescimento sustentável. Deverão também contribuir para a recuperação de longo prazo a adoção de taxas de câmbio mais competitivas e a eliminação de importantes tensões econômicas que afetam uma série de economias nacionais.

Outro elemento positivo é a contenção da inflação em toda a região, a qual apresenta uma tendência descendente com cifras de um só dígito, ou seja, de cerca de 8,5% em geral.

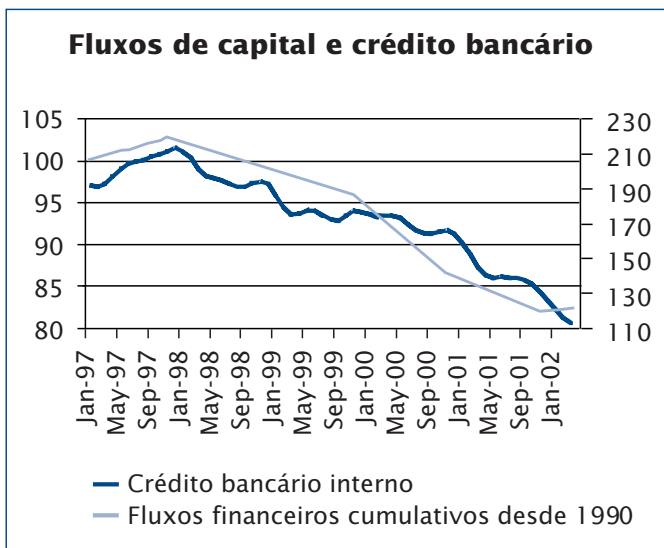
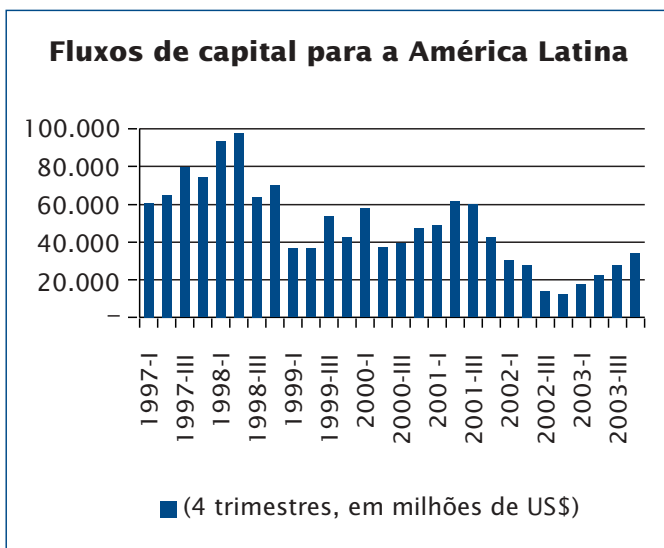
O aumento de preços dos produtos básicos está melhorando as condições comerciais nas economias emergentes. Os países da América Latina e do Caribe,

1. Os gráficos apresentam informação sobre a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela como representativos da região. Fonte: Baseado em dados do *Latin Macro Watch* (Departamento de Pesquisas do BID).

por serem importantes exportadores desses produtos, deverão beneficiar-se dessa tendência. Reflete-se isso em um aumento médio de cerca de 16% nos preços mundiais de matérias-primas como o petróleo, o cobre, o ouro e alguns produtos agrícolas. Pela primeira vez em quase cinquenta anos, a balança de pagamentos de conta corrente da região registrou um excedente em 2003, elevando-se a cerca de US\$6 bilhões. No entanto, a busca da recuperação sustentada depende sobretudo do aumento do poupança nacional e de que as taxas de juros alcancem e, em algum momento, superem os níveis de outras economias de mercados emergentes que competem com a América Latina na arena do comércio mundial. Os investimentos estrangeiros diretos, por sua vez, elevaram-se a cerca de US\$29 bilhões em 2003, situando-se também abaixo do fluxo médio anual de US\$38 bilhões mobilizados no período de 1990 a 2002.

O processo de reforma de políticas continua sendo elemento prioritário para a contínua recuperação de toda a América Latina e o Caribe. Esse processo abrange o fortalecimento dos sistemas bancários, trabalhistas e judiciais, bem como reformas normativas destinadas a melhorar o clima de negócios e a governança da empresa privada.

As pequenas e médias empresas têm demonstrado que podem oferecer oportunidades comerciais atraentes a investidores tanto nacionais como estrangeiros. A Corporação está, portanto, decidida a continuar a oferecer seus diferentes programas de financiamento no intuito de apoiar o desempenho da América Latina e do Caribe no tocante à recuperação e expansão do crescimento, em conformidade com modernas normas financeiras e operacionais, bem como sólidas práticas ambientais e de governança de empresas.



Governadores e Governadores Suplentes

<i>País</i>	<i>Governador</i>	<i>Governador Suplente</i>
Alemanha	Uschi Eid	Rolf Wenzel
Argentina	Roberto Lavagna	Alfonso De Prat-Gay
Áustria	Karl-Heinz Grasser	Thomas Wieser
Bahamas	James H. Smith, CBE	Ruth Millar
Barbados	Owen S. Arthur, MP	Grantley Smith
Bélgica	Didier Reynders	Franciscus Godts
Belize	Ralph Fonseca	Melton J. Auil
Bolívia		Roberto Camacho Sevillano
Brasil	Guido Mantega	Demian Fiocca
Chile	Nicolás Eyzaguirre	María Eugenia Wagner Brizzi
Colômbia	Alberto Carrasquilla Barrera	Santiago Montenegro Trujillo
Costa Rica	Alberto Dent	Francisco de Paula Gutiérrez
Dinamarca	Carsten Staur	Ole E. Moesby
Equador	Mauricio Pozo Crespo	Gilberto Pazmiño
El Salvador	Juan José Daboub	Luz María Serpas de Portillo
Espanha	Rodrigo de Rato y Figaredo	Juan Costa Climent
Estados Unidos	John W. Snow	Alan P. Larson
Finlândia	Pertti Majanen	Taisto Huimasalo
França	Francis Mer	Jean-Pierre Jouyet
Guatemala	Eduardo H. Weymann Fuentes	Lizardo Sosa
Guiana	Bharrat Jagdeo	Saisnarine Kowlessar
Haiti	Faubert Gustave	Paul Duret
Honduras	Arturo Alvarado	Maria Elena Mondragón
Israel	David Klein	Dan Catarivas
Itália	Giulio Tremonti	Vincenzo Desario
Jamaica	Omar Davies, MP	Shirley Tyndall
Japão	Sadakazu Tanigaki	Toshihiko Fukui
México	Francisco Gil Díaz	
Nicarágua	Norman José Caldera	Eduardo Montealegre
Noruega	Olav Kjørven	Age Grutle
Países Baixos	Gerrit Zalm	Agnes van Ardenne van der Hoeven
Panamá	Norberto Delgado Durán	Domingo M. Latorraca
Paraguai	Dionisio Borda	José Ernesto Büttner
Peru	Jaime Quijandría Salmón	Javier Silva Ruete
Portugal	Maria Manuela Días Ferreira Leite	Francisco A. Gusmão Esteves de Carvalho
República Dominicana	José Lois Malkun	Félix Calvo
Suécia	Ruth Jacoby	Stefan Emblad
Suíça	Oscar Knapp	Peter Bischof
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	Stanley B. Ramsaran
Trinidad e Tobago	Keith Rowley	Victoria Mendez-Charles
Uruguai	Isaac Alfie	Ariel Davrieux
Venezuela	Tobías Nobrega Suárez	Jorge Giordani

Informações atualizadas em dezembro de 2003

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes

<i>Alemanha, Áustria, Itália, Bélgica e Países Baixos</i>	Paolo Cappellacci Pieter Moorrees
<i>Argentina e Haiti</i>	Eugenio Díaz-Bonill Martín Bès
<i>Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago</i>	Luis A. Rodríguez Havelock Brewster
<i>Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua</i>	José Carlos Castañeda Sandra Regina Midence
<i>Bolívia, Paraguai e Uruguai</i>	Orlando Ferreira Caballero Juan E. Notaro Fraga
<i>Brasil e Suriname</i>	Martus Tavares Frederico Alvares
<i>Chile e Colômbia</i>	Germán Quintana Luis Guillermo Echeverri
<i>Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça</i>	Christina Wedekull Lukas Siegenthaler
<i>Equador e Peru</i>	Jaime Pinto Tabini Victor M. Acosta
<i>Espanha, Israel, Japão e Portugal</i>	Marta Blanco Miguel d'Aspremont-Empis Lynden
<i>Estados Unidos da América</i>	Jose A. Fourquet Héctor Morales
<i>México e República Dominicana</i>	Agustín García-López Héctor J. Santos
<i>Panamá e Venezuela</i>	José Alejandro Rojas Eduardo E. Linares

Informações atualizadas em dezembro de 2003

Órgãos de Ligação

<i>País</i>	<i>Instituição</i>
Alemanha	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development
Argentina	Ministerio de Economía
Áustria	Federal Ministry of Finance
Bahamas	Ministry of Finance
Barbados	Ministry of Economic Development
Bélgica	Ministère des finances
Belize	Ministry of Budget, Planning and Management, Economic Development Investment and Trade
Bolívia	Ministério de Hacienda
Brasil	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Chile	Ministerio de Hacienda
Colômbia	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Costa Rica	Ministerio de Hacienda
Dinamarca	Danish International Development Agency—DANIDA
Equador	Ministerio de Economía y Finanzas
El Salvador	Secretaría Técnica de la Presidencia
Espanha	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales
Estados Unidos	Treasury Department
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs
França	Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie
Guatemala	Ministerio de Finanzas Públicas
Guiana	Ministry of Finance
Haiti	Ministère de l'économie et des finances
Honduras	Banco Central de Honduras
Israel	Bank of Israel
Itália	Ministry of the Economy and Finance
Jamaica	Ministry of Finance and Planning
Japão	Ministry of Finance
México	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Nicarágua	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Noruega	Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Países Baixos	Ministry of Finance
Panamá	Ministerio de Economía y Finanzas
Paraguai	Ministerio de Hacienda
Peru	Ministerio de Economía y Finanzas
Portugal	Direção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais Ministério das Finanças
República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
Suécia	Ministry for Foreign Affairs Department for International Development Co-operation
Suíça	Office fédéral des affaires économiques extérieures
Suriname	Ministry of Finance
Trinidad e Tobago	Ministry of Finance, Planning and Development
Uruguai	Ministerio de Economía y Finanzas
Venezuela	Banco Nacional de Desarrollo

Sede e escritórios regionais

Sede

1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Telefone: (202) 623-3900
Fax: (202) 623-3815
E-mail: iicmail@iadb.org

Escritórios Regionais

Escritório Regional Andino

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edificio Bancafé
Bogotá, Colômbia
Telefone: (571) 325-7058 ou (571) 325-7059
Fax: (571) 325-7057

Escritório Regional Centro-Americano

Edificio Centro Colón, Piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
Apartado postal 1142-1007
San José, Costa Rica
Telefone: (506) 257-1418
Fax: (506) 257-0083

Escritório Regional Do Cone Sul

Andes 1365, Piso 13
11.100 Montevideú, Uruguay
Telefone: (598-2) 901-6063
Fax: (598-2) 900-8899

Impresso com tinta de soja em papel reciclado

Fotos da capa, de cima para baixo: projetos que receberam financiamento da CII na Nicarágua, Bolívia, Guatemala, Venezuela e Costa Rica.



Corporação Interamericana de Investimentos
1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
www.iic.int